

A

ESTÃO MATANDO  
TRAVESTIS A TIRO

Transsexual  
person who ha  
chang  
sex

TRANS FORMAR  
MUTAR  
GREDIR  
EDUCAR



**CRIOULO NÃO É GENTE,  
BICHA E MULHER  
TEM MAIS E  
QUE MORRER**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Raíne da Silva de Brito

**O ACESSO À EDUCAÇÃO POR TRAVESTIS E MULHERES TRANS NAS  
PRISÕES: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Porto Alegre

2023

Raíne da Silva de Brito

**O ACESSO À EDUCAÇÃO POR TRAVESTIS E MULHERES TRANS NAS  
PRISÕES: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Cláudia Ferreira Godinho

Porto Alegre

2023

Raíne da Silva de Brito

**O ACESSO À EDUCAÇÃO PARA TRAVESTIS MULHERES TRANS NAS  
PRISÕES: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Cláudia Ferreira Godinho

**Banca Examinadora**

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ana Cláudia Ferreira Godinho (orientadora)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Aline Lemos da Cunha Della Libera

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Clara Bueno Fischer

Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS

---

Porto Alegre

2023

À minha mãe, Susiane, por ter acreditado. À todas as travestis e mulheres trans, pois tornaram possível meu encontro com uma causa maior na pedagogia, em busca da transformação social. E aos meus orixás, que conduzem minha passagem pela terra como missão para tornar o mundo um lugar de justiça e amor.

## AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho, bem como toda minha trajetória acadêmica, esteve amparada pelo afeto e acolhimento de diversas pessoas, mas não seria justo iniciar falando sobre alguém que não fosse eu, a autora, visto que estive lutando contra as portas que fechavam-se e reivindicando meu lugar na universidade pública por todo o meu percurso estudantil. Sem a pequena **Nini**, hoje não haveria a pedagoga Raíne. Obrigada, pequena-grande eu.

Agradeço, fundamentalmente, à minha mãe, **Susiane Pinto da Silva**, que desde sempre priorizou meus estudos, fazendo o máximo possível para que um dia eu alcançasse meus sonhos. Sem seu apoio, força e amor, não faria tanto sentido realizar tudo até hoje. Teu abraço e falas cheias de amor foram primordiais, assim como o cuidado em sempre deixar doces na minha mesa. Minhas vitórias sempre serão nossas, pois construímos cada passo juntas, mesmo quando as situações não eram favoráveis. **Odojá** para sempre!

Aos meus guias espirituais, pois sem eles não haveria rumo. Em minha vida, a religião nunca teve um papel de devoção fanática, mas sim de calma, autoconhecimento e coletividade. Salve o povo da rua! Salve todas as falanges! **Kawô Kabesile! Ora Yeyeu!**

À **Cyndi**, minha “irmã” canina, que esteve presente em absolutamente todas as grandes transições da minha vida, mesmo que boa parte delas fosse para tentar ganhar comida humana e burlar as dietas que a veterinária passava. Seus *lambeijos* de amor salvaram meus dias.

Ao meu companheiro, **Guilherme Rodriguez Amando**, o *bituco*, que me mostrou o quanto o amor pode ser calmo, além de me fazer acreditar na bondade do mundo. Nossos encontros em cafeterias sempre me instigam sobre o que ainda pode ser feito de melhor para o outro. Gratidão eterna pela Bezi (*in memoriam*) e pelo Miguel, que alegraram grande parte do período em que este trabalho foi escrito.

Ao **Nikolas Rufino Scaranti**, o irmão que a vida me deu, e aos outros amigos que Oxalá trouxe. Seria injusto mencionar nomes e acabar esquecendo alguém. Eu amo vocês!

Aos incontáveis professores que passaram pelo meu percurso escolar, onde descobri que o mundo poderia ser sempre mais. Eterna gratidão para todas as professoras da **EEEEF**



**Anita Garibaldi, EEEM Dr. Pacheco Prates e ETE Sen. Ernesto Dornelles.** Em especial, agradeço à **Marisa Corso**, que me inspira desde os 6 anos de idade; ao professor **J.R. Weingartner Jr**, por incentivar a pesquisa em minha vida, e também, à **Fernanda Peres Pinto** que enxergou um docinho dentro de um limão.

Ao **Levante Popular da Juventude**, movimento que abriu as portas do **Cursinho Afirmação**, me levando também ao **Território Popular**. Sem esses três coletivos eu não teria tido perseverança para resistir.

Aos educandos que passaram pela minha vida, sobretudo, à **Derci, Émelyn, Analice, Geovane e José**. E conseqüentemente, à professora e amiga, **Helena Beatriz Carvalho**, por ser tanto desde o início.

Aos profissionais que me acolheram na FACED, em especial àqueles que me acolheram no **9º andar**. E também ao corpo docente da instituição: **Prof. Dr. Alexandre Rossi**, que me deu a oportunidade de conhecer a Iniciação Científica; **Profª. Drª. Karine Santos**, por me levar ao CEPOPES; **Prof. Dr. Maurício Perondi**, que me abraçou através de palavras em diversas crises; **Profª. Drª. Natália Gil**, pela oralidade incrível; e indiscutivelmente, **Profª. Drª. Clarice Traversini** (*in memoriam*), pela *cópia pedagógica* de "Foucault e a educação" e também por acreditar que Capitu não traiu Bentinho.

À minha orientadora **Profª. Drª. Ana Cláudia Ferreira Godinho**, por ter aceito o desafio de me acompanhar neste projeto mesmo que sejamos tão diferentes. Seus ensinamentos foram fundamentais para minha formação acadêmica e pessoal.

À minha amiga, **Profª. Drª. Aline Lemos da Cunha Della Libera**, pelos abraços, ideias, aulas e, também, pela Antonella. Existe uma versão minha antes e depois de conhecer vocês duas e eu prefiro a segunda.

Ao "meu cristal", **Profª. Drª. Maria Clara Bueno Fischer**, pelo acolhimento, pela firmeza e pela confiança que eu precisava. Gosto de acreditar que o destino foi generoso em me levar ao teu encontro. Tua luz sempre será inspiração.

Por fim, agradeço ao **Wes Craven** (*in memoriam*), por sua genialidade cinematográfica, que me acompanhou desde o início da faculdade, e tornou o processo divertido.

*“Este chamamento é feito àqueles que lutam por  
justiça.”*

(CUNHA DELLA LIBERA, 2010, p. 134)



## RESUMO

O presente trabalho trata-se de um estudo quali-quantitativo de caráter descritivo, que alinha-se ao Estado da Arte como forma de evidenciar a necessidade de pautar a temática escolhida como alvo necessário das produções acadêmicas, especificamente, no campo da educação. Considerando isso, na contemporaneidade, muito tem-se comentado sobre os discursos punitivistas que foram normalizados nas últimas décadas. Assim sendo, estudos na área das prisões que se contraponham ao punitivismo tornaram-se urgentes. Revisitar e repensar a legislação, o modelo prisional e as políticas públicas que são, ou não, efetivas é uma demanda interna e externa ao âmbito do sistema carcerário. Ao considerar os sujeitos que compõem os grupos apenados, surgiu um interesse particular em desenvolver este estudo com o enfoque nas travestis e mulheres trans, com a compreensão de que essas correspondem ao grupo mais segregado dentro de um espaço que já as segrega em primeira instância. Assim, faz-se necessário esta revisão de literatura, baseando-se na ideia de que a partir dela devem surgir reflexões efetivas e propositivas para o crescimento nas oportunidades de acesso à educação para o público em questão. Este estudo tem como objetivo compreender os conhecimentos produzidos por estudos acadêmicos brasileiros de 2014 a 2023 sobre o acesso à educação por travestis e mulheres transsexuais privadas de liberdade. Através da busca nas plataformas Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a Scientific Electronic Library Online (SciELO), foi possível perceber a escassez nas produções, o que afunila-se mais quando realiza-se o filtro por área, escolhendo somente as produções no campo da educação. A análise dos trabalhos encontrados também possibilita visualizar que as proposições precisam considerar a realidade da educação brasileira e o contexto socioeconômico vivenciado nacionalmente.

**Palavras-chave:** educação em prisões, travestis e mulheres trans, acesso à educação

## ABSTRACT

The present work is a qualitative and quantitative study of a descriptive nature, which is aligned with the State of the Art as a way of highlighting the need to guide the chosen theme as a necessary target of academic productions, specifically, in the field of education. Considering this, in contemporary times, much has been said about the punitive discourses that have been normalized in recent decades. Therefore, studies in the area of prisons that oppose punishment discourse have become urgent. Revisiting and rethinking legislation, the prison model and public policies that are, or are not, effective is an internal and external demand within the scope of the prison system. Considering the subjects that make up the incarcerated groups, a particular interest arose in developing this study with a focus on transvestites and trans women, with the understanding that these correspond to the most segregated group within a space that already segregates them in the first instance. Thus, this literature review is necessary, based on the idea that effective and purposeful reflections should arise from it for growth in opportunities for access to education for the public in question. This study aims to understand the knowledge produced by Brazilian academic studies from 2014 to 2023 on access to education by transvestites and transsexual women deprived of liberty. Through the search on the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and Scientific Electronic Library Online (SciELO) platforms, it was possible to perceive the scarcity in the productions, which narrows more when filtering by area, choosing only productions in the field of education. The analysis of the works found also makes it possible to visualize that the propositions need to consider the reality of Brazilian education and the socioeconomic context experienced nationally.

**Keywords:** prison education, transvestites and trans women, access to education

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1:</b> Desenho arquitetônico do panóptico (esquerda) e o panóptico a partir da visão do prisioneiro (direita) .....	25
<b>FIGURA 2:</b> Corredor de uma das galerias do Carandiru, após o massacre, alagado de sangue .....	27
<b>FIGURA 3:</b> Resultados iniciais (descritores x plataforma) .....	36
<b>FIGURA 4:</b> Produções acadêmicas (área x ano de publicação) .....	38
<b>FIGURA 5:</b> Frequência (termo na área da educação x trabalho explorado) .....	39
<b>FIGURA 6:</b> Fluxograma representativo para a obtenção das produções acadêmicas .....	39

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b> .....	
<b>12</b>	
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	
<b>15</b>	
2.1. Objetivos .....	17
<b>3. ENTRE EDUCAÇÃO, GÊNERO E CÁRCERE</b> .....	
<b>18</b>	
3.1. Um breve resumo sobre a educação de jovens e adultos .....	19
3.2. Prisões: a história da punição e do estigma .....	24
3.3. A dissidência de gênero .....	29
3.4. Alinhamentos necessários .....	33
<b>4. DOS DESAFIOS AOS RESULTADOS</b> .....	
<b>35</b>	
<b>5. ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS</b> .....	
<b>40</b>	
5.1. “Travestis e prisões: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere” .....	41
5.2. “Uma ala para travestis, gays e seus maridos: pedagogias institucionais da sobrevivência no Presídio Central de Porto Alegre” .....	44
5.3. “Conhecimentos, atitudes e práticas sobre tuberculose entre transgêneros na cidade de São Paulo, Brasil” .....	47
5.4. “Gestão prisional e minorias sexuais: o caso da penitenciária masculina do Distrito Federal” .....	50
5.5. “GÊNEROS ENCARCERADOS: uma análise <i>trans.viada</i> da política de Alas LGBT no Sistema Prisional de Minas Gerais” .....	54
5.6. “O recorte de gênero no trabalho em saúde em um estabelecimento prisional feminino” .....	62
5.7. “O dispositivo bicha: gênero e sexualidade como técnicas de controle prisional” .....	63
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	
<b>66</b>	

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente estudo, no formato de Estado da Arte, aborda a recorrência do debate acadêmico acerca do acesso à educação por travestis e mulheres transexuais<sup>1</sup> em prisões.

Na capa artística desta monografia, encontram-se recortes de reportagens antigas e, também, imagens de borboletas e um búfalo. Nas religiões de matriz africana, Oyá é um orixá feminino, que ilustra o poder da transmutação, pois oscila entre a transformação de búfalo e borboleta de acordo com a necessidade. A transmutação física vivenciada por Oyá simboliza a autopercepção, que não se limita ao meio físico. Ainda sobre a capa, é possível identificar desenhos que representam Xica Manicongo, a primeira travesti no Brasil, escravizada na Bahia, durante o século XVI.

Na contemporaneidade, muito tem-se comentado sobre os discursos punitivistas que foram normalizados nas últimas décadas (FOUCAULT, 2014). Assim sendo, estudos na área das prisões que se contraponham ao punitivismo tornaram-se urgentes. Revisitar e repensar a legislação, o modelo prisional e as políticas públicas que são, ou não, efetivas é uma demanda interna e externa ao âmbito do sistema carcerário. Além disso, sabe-se que as condições sanitárias das prisões favorecem imensamente a proliferação e disseminação de patógenos, onde os espaços de convivência são desproporcionalmente desumanos para habitação. Para ilustrar, é de domínio público que "particularmente, as pessoas encarceradas têm risco de morrer por tuberculose nove vezes superior ao da população em geral do estado" (SÁNCHEZ et al., 2020a apud SILVA, 2020, p. 19). É evidente que esse dado não coloca-se em uma posição de coincidência, mas sim uma manifestação da punição que é esperada no ambiente carcerário.

Nessas condições, a prisão não é um modelo reintegrador, mas sim um aglomerado de indivíduos colocados à margem da sociedade (BORGES, 2019). Ao considerar os sujeitos

---

<sup>1</sup> Ao longo do trabalho será utilizado "mulher trans" para referir-se aos dois grupos, no caso, travestis e mulheres transexuais.

que compõem os grupos apenados, surgiu um interesse particular em desenvolver este estudo com o enfoque nas travestis e mulheres trans, com a compreensão de que essas correspondem ao grupo mais segregado dentro de um espaço que já as segrega em primeira instância. Por isso, e, também, por incorporar a educação como agente capaz de potencializar a desconstrução de preconceitos, há uma proeminência nas questões raciais.

Dito isso, o referencial teórico foi dividido em três partes, de acordo com as áreas de referência, ou seja, Educação de Jovens e Adultos<sup>2</sup>, gênero e, por último, o cárcere. Através de referenciais que seguem um diálogo direto com a perspectiva de acesso e permanência de direitos básicos a todo e qualquer sujeito marginalizado, buscou-se um resgate histórico da construção de políticas públicas na modalidade EJA. Sendo assim, uma visão abrangente sobre o que é a dissidência de gênero e sua função em deslegitimar a cis-heteronormatividade, além da retomada de aspectos inseparáveis entre uma sociedade punitivista e as instituições prisionais. A estratégia para a elaboração dessa monografia foi a construção processual das três subtemáticas, que se alinham conforme a narrativa avança.

Sob o mesmo olhar, cabe pensar que, ao falar-se nas prisões, é de senso comum imaginar necessariamente espaços de punição e isolamento, onde figuras tidas como nocivas à sociedade são retidas pelo Estado. Não coincidentemente, as travestis e mulheres trans são frequentemente tratadas com desdém, em uma sociedade que subalterniza essa minoria e a relega a posições de insalubridade - como a prostituição (FERREIRA, 2014).

Diante disso, é necessário refletir que, o estereótipo marginalizado que a sociedade liga à minoria supramencionada. No contexto prisional, a mesma hierarquia é reproduzida. Pessoas transgêneros, principalmente travestis e mulheres trans, não são posicionadas como um grupo significativo, ou quem dirá sujeitos de direitos básicos na compreensão alheia.

A inferiorização e invisibilização das travestis e mulheres trans privadas de liberdade também se reproduz na universidade, uma vez que raramente as discussões acadêmicas sobre o cárcere contemplam essas pessoas. Ou seja, a sociedade coloca pessoas transgêneros em uma posição de inferioridade, a prisão agrava sua segregação, e a pesquisa científica reproduz isso ao estudar somente os aprisionados cisgêneros<sup>3</sup>.

Os pontos levantados, se analisados dissociadamente, já apresentariam diversas possibilidades de diálogos, reivindicações e exemplificações de questões referentes ao acesso à educação. No entanto, ao associar prisões e gênero, o cenário sofre uma forte mudança. As

---

<sup>2</sup> Como forma de dinamizar a escrita e leitura do trabalho, será utilizada a sigla EJA para referir-se a modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

<sup>3</sup> O prefixo 'cis' vem do latim 'ao mesmo lado', e nesse sentido, compreende-se como cisgênera a pessoa que se identifica com o gênero que lhe é determinado a partir de seu órgão genital (BAGAGLI, 2018).

performances de gênero podem manifestar-se desde cedo. A comunidade escolar não tem como costume tornar legítimos e acolhidos os sinais de uma dissidência socialmente tida como atípica - e que, na verdade, apenas foge do conceito cisgênero e binário<sup>4</sup>. Assim, a instituição escolar perpetua o distanciamento inerente aos dissidentes de gênero e a escolarização. Ao longo deste estudo, o distanciamento supramencionado será mostrado através das análises das produções encontradas, pois as mesmas não alcançam massivamente as relações que se estabelecem entre escola, gênero e prisões.

O apoio familiar também é um aspecto importante em atentar-se, pois a expulsão do núcleo familiar ocorre de forma tão orgânica - considerando a sociedade conservadora em que vivemos - que parece cultural isolar pessoas transgênero. Esses são os primeiros caminhos para o apagamento de pessoas trans.

Tendo uma trajetória excludente e marginalizada, a expectativa de vida de travestis e mulheres trans é de apenas 35 anos de idade, como apontam dados do IBGE (2020). Um dos principais fatores determinantes para o dado em questão está relacionado à prostituição, caminho que a maioria das travestis e mulheres trans encontram como alternativa de geração de renda para sua sobrevivência. No meio da prostituição, torna-se comum o acesso às drogas - originado através de problemas na saúde pública - o que faz com que essas pessoas estejam expostas ao crime e à violência, muitas vezes de forma obrigatória para sua permanência naquele contexto. Esse acesso é causado por problemas na saúde pública. Aliás, não somente há a violência policial como também a de outros setores responsáveis pela justiça, afinal, personificar somente no policial as problemáticas de um sistema amplo de segregação acaba por deslocar o Estado de sua posição de responsabilidade (BORGES, 2019).

Essa visão panorâmica sobre os atravessamentos entre gênero, educação e prisões foi o indicador de que seria necessário investigar o que a universidade produz e debate acerca da educação para travestis e mulheres trans nas prisões. Nesse percurso, também surge a necessidade de analisar a visibilidade oferecida para essas mulheres que são duplamente segregadas socialmente: pela trans/travestilidade e pelo aprisionamento. Realizar o presente estudo também transforma em enunciado pautas que demandam maior profundidade nos estudos acadêmicos acerca desta temática. Logo, influenciam na formação e preparo de diferentes profissionais que direta ou indiretamente podem trabalhar com a população carcerária e/ou com a população trans.

---

<sup>4</sup> Ao falar-se em binarismo, indica-se a existência de apenas duas possibilidades, no caso da discussão de gênero, trata-se de homem e mulher.



## 2. METODOLOGIA

Este trabalho trata de uma revisão bibliográfica, e segue uma abordagem quali-quantitativa com caráter descritivo. A partir disso, deu-se início ao mapeamento de teses e dissertações, seguindo um número específico de descritores e possibilitando a divisão dos trabalhos que se referem, ou não, à área da educação. Em síntese, o descritor “sistema prisional” foi estabelecido como fixo, tendo seus complementos em três variações de descritores, sendo eles: “travestis”, “GBT” e “mulheres trans”.

A revisão bibliográfica tem como principal meio a busca pela presença ou ausência do debate acadêmico, e seus resultados, para a produção científica. Assim, é interessante que o trabalho comece por essa investigação, visto que esse formato de análise:

[...] compartilha com o leitor os resultados de outros estudos que estão proximamente relacionados ao estudo que está sendo relatado. Ela relaciona um diálogo corrente mais amplo na literatura sobre um tópico, preenchendo lacunas e ampliando estudos anteriores (COOPER, 1984; MARSHALL; ROSSMAN, 1998).

Em relação às bases de dados utilizadas para a catalogação de produções acadêmicas, foram utilizadas a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a Scientific Electronic Library Online (SciELO). Inicialmente, houve a tentativa de utilizar o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), porém o escopo dos resultados encontrados não se referiam diretamente à temática dos descritores.

Para análise quantitativa dos dados, buscou-se uma leitura atenta das produções encontradas, onde os principais aspectos a serem observados foram a presença ou ausência do debate sobre acesso à educação de mulheres transsexuais e travestis, no caso de presença, como e até onde esses debates alcançaram resultados benéficos para a proposta, e por último, a forma como as produções colocavam essas mulheres enquanto sujeito de educação.

Procedeu-se a análise temática dos trabalhos, agrupando-os em duas categorias que emergiram da leitura: Educação e Pedagogia. A descrição de cada uma é apresentada no capítulo de sistematização dos resultados.

Por se tratar de um trabalho de conclusão de curso, o exercício de análise dos dados tem elementos da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016), embora não tenha seguido rigorosamente as etapas de análise propostas por esta autora. Buscou-se realizar, como etapa de pré-análise, a leitura dos resumos apresentados pelas bases de dados consultadas (BDTD e Scielo) para a seleção de documentos segundo o escopo deste estudo, em conformidade com a etapa de pré-análise; a leitura dos artigos, dissertações e teses na etapa de exploração do material; e a sistematização dos textos e sua confrontação com o referencial teórico, para a realização da etapa de tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

## 2.1. Objetivos

O principal objetivo deste trabalho consiste em compreender os conhecimentos produzidos por estudos acadêmicos brasileiros de 2014 a 2023 sobre o acesso à educação por travestis e mulheres transsexuais privadas de liberdade. Com isto, o objetivo geral conduziu a escrita dos seguintes objetivos específicos:

1) quantificar o número de teses e dissertações sobre travestis e mulheres trans em contextos de privação de liberdade, encontradas durante o mapeamento nas bases de dados, onde torna-se possível a elaboração de um ponto de partida para a análise qualitativa das produções;

2) sistematizar os conhecimentos produzidos em teses e dissertações encontradas em bases de dados, em especial no que se refere à educação em contextos de privação de liberdade;

3) identificar as áreas de conhecimento das teses e dissertações existentes.

Pretende-se problematizar, caso haja, o déficit de produções acadêmicas na área da Educação acerca da temática pesquisada, pois já era de conhecimento prévio da autora a existência de poucas pesquisas em Educação que especifiquem travestis e mulheres transsexuais enquanto sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), principalmente aquelas em contexto de restrição e privação de liberdade.

Nesse contexto, a escolha do tema de pesquisa tem a intenção de contribuir para o reconhecimento destas mulheres como sujeitos de educação, o que tem sido um trabalho utópico enfrentado por transativistas há muito tempo. Inclusive, essa e outras utopias são as ferramentas de movimentação para a mudança social. Portanto, optou-se por seguir uma pesquisa que possibilitasse expôr, através da quantidade e conteúdo dos trabalhos, a insignificância que o ambiente interno e externo ao meio universitário atribui a respeito de vidas trans.

### **3. ENTRE EDUCAÇÃO, GÊNERO E CÁRCERE**

Este capítulo foi desenvolvido com o propósito de localizar o leitor acerca das discussões e conceitos que envolvem a EJA, a dissidência de gênero e as prisões. Para isso, foram desenvolvidos subtópicos, proporcionando uma leitura continuada e didática dos temas que dão base para a pesquisa. Utilizando autores de referência para as demandas de cada campo do conhecimento, foi necessário um resumo na escrita sobre cada subtema, buscando a objetividade de cada uma e fomentando a necessidade de agrupá-las.

Além do panorama geral sobre os subtemas, também foi importante a suplementação da escrita com a contextualização histórica e atual, identificação dos sujeitos que formam os grupos sociais envolvidos nas áreas e acima de tudo, a provocação de que há um alinhamento direto entre os três temas específicos.

### 3.1. Um breve resumo sobre a educação de jovens e adultos

*“Numa sociedade de classes a luta e a conquista de direitos por parte das classes populares é uma constante e se dá em diferentes níveis, de diferentes formas e entram em jogo diferentes horizontes políticos e pedagógicos. É o que acontece com o direito à educação de jovens e adultos no Brasil” (FISCHER; GODINHO, 2014, p. 03).*

Para iniciar um diálogo sobre a EJA, é necessário mencionar que sua regulamentação deu-se através da luta incessante dos sujeitos que a compõem. Dito isso, a EJA tornou-se uma modalidade da educação básica no âmbito legal, pela regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394/96, onde a Seção V especifica que:

**Art. 37.** A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

A partir desse marco legal, é possível atentar-se aos enfoques determinantes para estabelecer quem são os sujeitos da EJA. Logo, consideram-se estudantes da modalidade quaisquer pessoas que se encontrem em situações socioeconômicas que enfraqueçam o acesso à escolarização nas outras modalidades, e/ou que por algum outro fator não tenham tido a oportunidade de realizar a escolarização quando ainda eram crianças e/ou adolescentes. Ou seja, visualizamos nas salas de aula da EJA: trabalhadores, idosos, jovens em conflito com a lei, entre diversas outras pessoas. A preleção sobre os sujeitos possibilita o entendimento sobre o propósito social da modalidade. Portanto, receber, acolher e conduzir todos aqueles que tiveram seus direitos restringidos por um sistema econômico excludente, fazendo uma ponte entre escola e outros direitos básicos se estabelece como papel fundamental da EJA.

Ao analisar o Parecer/CEB nº11 (2000) do Conselho Nacional de Educação, um verdadeiro marco histórico no que se refere à luta por direitos e acesso dos estudantes,

percebe-se que foi um documento fundamental para guiar o caminho para a identificação da diversidade cultural dos estudantes da EJA - na qual se situam as travestis e mulheres transsexuais - e o reconhecimento da educação como um direito de toda a população brasileira e sua importância para a formação humana, ainda que a escola não seja o único espaço de produção de saberes:

Dentro deste caráter ampliado, os termos “jovens e adultos” indicam que, em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000, p. 12)

Ainda no sentido do que é apontado pelo Conselho Nacional de Educação, garantir o acesso de todo e qualquer cidadão brasileiro à educação implica, também, investir na melhoria das dinâmicas sociais, proporcionando que todos se sintam parte integrante da sociedade brasileira.

Com isso, entende-se que a EJA é palco de narrativas silenciadas, repletas de sofrimento e negligências de variadas formas. O cerne desta pesquisa encontra-se em localizar fragmentos do que as produções acadêmicas trazem sobre um grupo específico de sujeitos, que estão subalternizados em termos de gênero, raça e classe e se encontram em situação de privação de liberdade, ou seja, acumulam elementos de estigmatização social, que acentuam suas condições insalubres de vida.

O Parecer CNE/CEB nº9 de 2011, também traz aspectos interessantes para a discussão. A partir desse documento, a reparação por meio de políticas públicas apropriou-se de um percurso para viabilizar um ensino de qualidade<sup>5</sup> nas salas de aula da EJA. Garantir o direito à Educação, por meio da oferta de uma Educação com qualidade social, refletida, dentre outros aspectos, pelo acesso, permanência, aprendizagem e conclusão dos estudos.

Ao longo do tempo, a EJA seguiu sendo operada como um depósito para realocar sujeitos que são marginalizados, o que se origina nos primeiros indícios de que educar grupos vulneráveis tem como objetivo algum favorecimento para as elites. Como exemplo, é possível mencionar o período colonial, no qual jesuítas “se dedicavam a alfabetizar (catequizar) tanto crianças indígenas como índios adultos em uma intensa ação cultural e educacional, a fim de propagar a fé católica juntamente com o trabalho educativo” (MIRANDA; DE SOUZA; PEREIRA, 2016). Nesse sentido:

---

<sup>5</sup> Por ensino de qualidade, é importante reiterar que a autora busca ampliar a noção do que compõe o ensino, ou seja, espaço físico, alimentação, viabilidade de deslocamento e propostas pedagógicas adequadas.

[...] o processo de exclusão deriva, em grande parte, da falta de meios de subsistência, mas não exclusivamente. É a privação e as desvantagens acumuladas que formam a exclusão social, que pode levar em conta as origens familiares, os níveis de escolarização e formação profissional, a falta de trabalho e renda, a habitação inadequada ou em más condições, a falta de acesso a serviços básicos como educação e saúde, dentre outros. (SANTOS, 2018, p. 23).

Ou seja, essa operação da modalidade enquanto um resultado das inúmeras exclusões surge a partir de diversos fatores, que partem prioritariamente de pautas socioeconômicas, no caso, referindo-se àqueles que são extremamente rentáveis para o sistema capitalista por não se beneficiarem de nada que seja resultante do acúmulo de capital, bem como a inacessibilidade aos bens culturais elitizados.

Também, como um resultado intencional de uma sociedade elitista, os investimentos voltados para a EJA já sofreram reduções ameaçadoras para a qualidade de manutenção da modalidade, como ocorrido em 2019, durante o governo do presidente Jair Bolsonaro, quando foram destinados somente R\$ 16,6 milhões para a área (SINPRO-DF, 2020). Esse aspecto justifica a ideia de que “o conhecimento tem que ser tal que o sujeito se transforme, e com isto, seja capaz de transformar a realidade. Esta é a educação que interessa: formar novos mestres e não eternos discípulos”. (VASCONCELLOS, 1994: 34 apud SCHWARTZ, 2013). Por isso, a EJA é ameaçadora para as elites por buscar a transformação do educando em um sujeito de autonomia, com seus direitos garantidos e, acima de tudo, emancipado social e culturalmente.

Em relação ao investimento na EJA, o mesmo não é derivado de uma ausência de políticas, pelo contrário, pode-se encontrar marcos legais que visam o fomento à modalidade. No entanto, o histórico de exclusão e preconceitos acerca de quem compõe o público discente da EJA faz com que somente a legislação não alcance os objetivos esperados. Sobretudo, o conceito de investimento precisa ser expandido, afinal, trata-se somente do investimento econômico? E quanto aos outros investimentos que são diretamente responsáveis pela formação dos novos mestres?

Nesse contexto, é imprescindível resgatar o papel da EJA para a transformação social, que sofre uma tensão contrária por aqueles que não enxergam lucro no desenvolvimento das classes populares. Para vencer esta disputa de concepções sobre a modalidade, é importante compreendê-la como uma política social, que promove a escolarização e, conseqüentemente, viabiliza aos alunos melhores oportunidades de trabalho, melhor qualidade de vida e que assim sejam respeitados na sociedade (SILVA, 2017).



Logo, é possível dizer que a EJA se desenvolveu e consolidou como uma forma de tentar reparar as desigualdades sociais que, em verdade, devem ser restauradas pelo Estado através de ações que sejam diretamente voltadas para isso. Retomando o Parecer/Parecer/CEB 11 de 2000 do Conselho Nacional de Educação, é possível encontrar de modo mais detalhado o objetivo específico para os sujeitos que compõem a Educação de Jovens e Adultos. Sendo assim, está registrada legalmente a função reparadora da modalidade:

[...] a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea. (BRASIL, 2000)

Adiante, de acordo com dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, o número de analfabetos no Brasil era de aproximadamente 16 milhões de pessoas, totalizando cerca de 7% da população nacional. No momento da escrita deste trabalho de conclusão de curso<sup>6</sup>, o Censo de 2022 ainda estava em construção. Entretanto, foi possível encontrar em uma pesquisa que, em 2018, 6,3% dos homens cisgêneros eram analfabetos, número que vai na mesma direção que mulheres cisgênero analfabetas, que totalizavam apenas 6,8%. Além disso, ao falar-se em recorte racial, a mesma pesquisa apontou que pretos e pardos equivalem a 8,9% dos analfabetos, enquanto a população branca contabilizava somente 3,6%. Tais diferenças são fundamentais para delinear os próximos passos do presente estudo, ainda que não haja dados sobre o analfabetismo entre as travestis e mulheres trans (IBGE, 2019).

Apesar dos dados alarmantes, Schwartz (2013, p. 62) defende a ideia que políticas contra o analfabetismo não são práticas efetivas, visto que o trabalho do professor acaba por ser entendido como função de qualquer pessoa que saiba ler, como se bastasse saber ler para saber ensinar ao outro. A autora ainda comenta que essa prática desqualificada e que segue apenas conhecimentos segmentados de quem está ensinando acaba por desenvolver “muitas vezes, os mesmos procedimentos didáticos inadequados, empregados também para ensinar crianças” (SCHWARTZ, 2013, p. 63).

A autora sinaliza, indiretamente, o cuidado que o educador deve ter ao anunciar o analfabetismo como um problema social. Embora o analfabetismo seja uma problemática, é necessário antecipar-se aos projetos de desamparo que a elite organiza a partir de narrativas que podem partir do educador e virar-se contra ele e os seus educandos.

---

<sup>6</sup> Entre 2022 e 2023.

Ao falar-se, portanto, nos sujeitos marginalizados que se tornarão parte da EJA, destacam-se alguns grupos que são caracterizados por diferenças socioculturais, étnico-raciais, sexuais e de gênero. Apesar de indissociáveis, entre a pluralidade de questões específicas que envolvem esses grupos, a presente monografia sustenta a proposta de gerar reflexões acerca de um grupo, porém ambicionando que este estudo possa contribuir para o desconforto em relação ao pouco que é produzido sobre diversos grupos apagados da história.

Diante da diversidade sociocultural dos sujeitos da EJA, a escolha pelas travestis e mulheres trans neste estudo se dá a partir da observação de que, no Brasil, elas possuem baixa escolaridade, o que as torna aptas ao ingresso na EJA. Em contrapartida, as mesmas são acometidas pelas violências psicológica e física, assim como pelo preconceito social e o abuso policial, e esses aspectos podem impossibilitar a frequência escolar e, dificultar a inserção no mundo do trabalho formal - sabendo que essa inserção também é preterida por uma transfobia escrachada em todos os âmbitos.

Além disso, é importante salientar que a EJA não é um espaço onde as pessoas dissidentes de gênero costumam ser aceitas, visto que muitos sujeitos, entre estudantes e profissionais, seguem um fanatismo religioso e/ou pertencem ao recorte temporal em que era legalizado ser abertamente opressor das minorias de gênero e sexualidade. Isso significa que, apesar de um trabalho responsável e ético realizado cotidianamente nas escolas de EJA, é necessário pontuar a similaridade entre o corpo dócil<sup>7</sup> que entra nessa instituição e, também, nas prisões, principalmente ao tratar-se de pessoas que integram os grupos de diversidade sexual e de gênero.

---

<sup>7</sup> “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. Os famosos autômatos, por seu lado, não eram apenas uma maneira de ilustrar o organismo; eram também bonecos políticos, modelos reduzidos de poder: obsessão de Frederico II, rei minucioso das pequenas máquinas, dos regimentos bem treinados e dos longos exercícios.” (FOUCAULT, 2014)

### 3.2. Prisões: a história da punição e do estigma

*“Todos os espaços e instituições sociais onde a educação acontece são permeados por potencialidades, dificuldades, tensões e contradições” (GODINHO; JULIÃO; ONOFRE, 2020, p. 05).*

De acordo com a história, a primeira penitenciária de que se tem registro foi criada no século XVIII, com a comum utilização dos suplícios como recurso físico de punição. Esse método foi explorado por Michel Foucault em sua obra “Vigiar e Punir” onde, em 1975, o autor não somente descreve como funciona processualmente a tortura dos suplícios, como também reflete que “é um fenômeno inexplicável a extensão da imaginação dos homens para a barbárie e a crueldade” (JAUCOURT, 2004, p. 31 apud FOUCAULT, 2014, p. 36). Essa crueldade da qual o autor fala está ancorada no objetivo explícito da prática que consiste em humilhar publicamente, de forma moral e física, o sujeito condenado. Além disso, o condenado é utilizado como ferramenta de demonstração e manutenção do funcionamento das relações de poder que perpetuam a existência e permanência das prisões.

Nesse sentido, ao pensar sobre o cárcere desde seu início, observa-se que “a sentença que condena ou absolve não é simplesmente um julgamento de culpa, uma decisão legal que sanciona; ela implica uma apreciação de normalidade e uma prescrição técnica para uma normalização possível” (FOUCAULT, 2014, p.25). Ademais, o que se compreende é que a linha tênue entre a normalidade e a marginalização de qualquer sujeito que está na posição inferior das relações de poder é o que definirá seu destino. A normalização sempre foi um critério utilizado para colocar pessoas social e economicamente desfavorecidas em uma posição desvantajosa ao falar-se de direitos humanos.

Para a necessária distinção entre normalização e normatização, Veiga-Neto e Lopes (2006) entendem que:

[...] Dispositivos normatizadores são aqueles envolvidos no estabelecimento de normas ao passo que os normalizadores [são] aqueles que buscam colocar todos sob uma norma já estabelecida e, no limite, sob a faixa de normalidade (já definida por essa norma). (LOPES; NETO, 2006, p. 35-36)

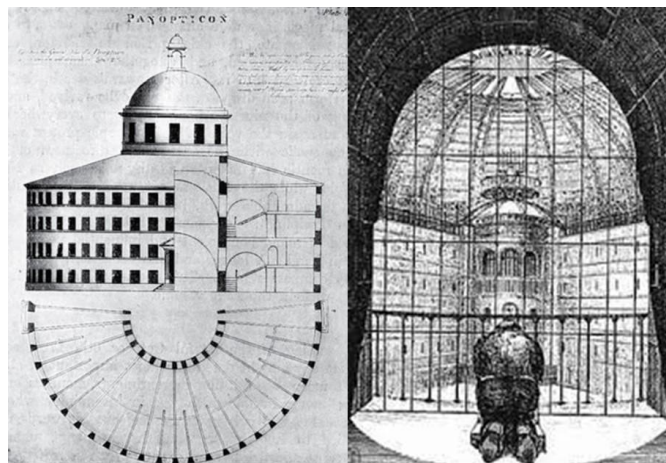
A diferença entre os dois conceitos contribui para a percepção de como as relações de poder funcionam dentro de uma instituição disciplinar. Por esse motivo, são conceitos

utilizados em outras esferas sociais, mostrando que a dinâmica das relações de poder perpetuam-se em todos os lugares.

Tendo explicitado alguns aspectos referentes à punição dos sujeitos encarcerados, é importante também analisar características arquitetônicas que identificam o cárcere. O panóptico é um grande exemplo da forma como o Estado garante total poder e retirada de direitos básicos sobre a pessoa aprisionada.

O modelo desenvolvido em 1785, por Jeremy Bentham, corresponde ao espaço prisional em formato circular, no qual toda a circunferência é cercada por celas. No centro do panóptico está uma torre, onde um vigilante está constantemente observando os aprisionados.

**FIGURA 1:** Desenho arquitetônico do panóptico (esquerda) e o panóptico a partir da visão do prisioneiro (direita)



Fonte 1: Jeremy Bentham, 1785 | Fonte 2: N. Harou-Romain, 1840.

Foucault (2014, s.p.) provoca a observação sobre a possibilidade de encontrar alguns exemplos em plantas de prisões que seguem o panóptico, além de uma imagem do Jardim Zoológico de Versalhes, que durante o reinado de Luis XIV, seguia exatamente o mesmo modelo e dinâmica, ou seja, os animais por toda a circunferência do local, enquanto os visitantes localizavam-se no centro. A história nos mostra que a expressa similaridade entre os dois espaços não é coincidência, pois assim como animais, os aprisionados também perdem sua liberdade e permanecem sob constante regulação por parte de uma tutoria autodeclarada por parte do Estado.

Em diálogo à paridade trazida pelo autor, pode-se trazer as instituições totais como um exemplo didático de como o funcionamento das prisões é estratégico. Em sua obra “Manicômios, conventos e prisões” (1961), o autor Erving Goffman pontua as instituições totais como espaços disciplinares, que regulam, vigiam, e aprisionam grandes grupos. No

mesmo livro, Goffman traz o conceito de mortificação do eu, que consiste no apagamento violentamente programado da identidade do aprisionado. A mortificação inicia na admissão do apenado, pois:

Muito freqüentemente verificamos que a equipe dirigente emprega o que denominamos processos de admissão: obter uma história de vida, tirar fotografia, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que sejam guardados, despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instruções quanto a regras, designar um local para o internados. (GOFFMAN, 1961, p.25).

Ao abordar o recorte racial, Borges (2019) lembra a relação direta entre o encarceramento e a exclusão social da população negra, isso porque trata-se do grupo racial predominante nas prisões, e também o mais estigmatizado. Alinhado a isso, Davis (2018) relembra os Códigos Negros, que foram promulgados para criminalizar determinadas ações e situações somente ao se tratar da população negra, absolvendo portanto as pessoas brancas.

Nesse sentido, cabe abrir um espaço para explicitar a definição de disciplina. Para Foucault (1987 apud CAPRIOLI, et al., 2017, p. 303), a disciplina constitui-se enquanto uma forma de obediência, fazendo com que o indivíduo disciplinado esteja sempre em posição de docilidade na relação de poder disciplinar. Esse conceito é primordial para pensar a instituição prisão, pois a partir da disciplina serão realizadas as medidas de punição e cerceamento da liberdade.

Além disso, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2012) registrou que 60% da população carcerária correspondia a pessoas negras, um dado que aumenta conforme o número de encarcerados cresce. Assim, as prisões tornaram-se uma instituição promotora do genocídio da população negra Borges (2019). Portanto, todas as formas de exclusão e violência, sobretudo no que dizem respeito a população negra enquanto alvo do cárcere, evidenciam o poder que o estigma<sup>8</sup> tem quando trata-se de corpos vulneráveis. Pode-se dizer, a partir do exemplo da população negra, que as formas de manifestar esse estigma sofreram alterações mas não cessaram, pois, ao retomar as punições utilizadas outrora, “geralmente o estigma era feito com marcas de cortes ou fogo para indicar que o sujeito era um escravo, ladrão ou traidor” (SILVA, 2017, p. 65). A seletividade penal alimenta a renovação circular do estigma, adaptando-se ao contexto e formas de resistir ao fim do racismo.

---

<sup>8</sup> Cunhado em 1963 pelo autor Erving Goffman, o conceito de estigma diz respeito ao modo negativo e repressivo de lidar com diferentes identidades, culturas e formas de viver, que fujam ao padrão estabelecido pelos grupos dominantes.

A respeito disso, sabe-se também que os processos de admissão não se justificam apenas no desamparo das instituições com os sujeitos em posição passiva, mas principalmente pelo fato de que, quando finaliza-se a mortificação dos apenados, tornando-os apenas números, há uma expressiva redução na burocracia para tratá-los como escória, e não como sujeitos de direito. Um exemplo histórico dessa estratégia foi o massacre ocorrido na Casa de Detenção de São Paulo, o "Carandiru", em 02 de Outubro de 1992. A rebelião que se iniciou com a briga sobre um jogo de futebol no pátio da penitenciária foi a justificativa da qual policiais militares apropriaram-se para assassinar mais de uma centena de prisioneiros, sendo eles envolvidos ou não na rebelião, a chacina não tinha como objetivo apartar a rebelião, e sim a morte do maior número de pessoas que os armamentos policiais pudessem alcançar.

Em sua obra “Estação Carandiru” (1999), Dráuzio Varella finaliza a narrativa da intervenção criminosa por parte dos policiais, apegando-se aos números como indicador de que nem mesmo os responsáveis pelos relatórios oficiais importaram-se em investigar adequadamente o massacre:

[...] morreram 111 homens no pavilhão Nove, segundo a versão oficial. Os presos afirmam que foram mais de duzentos e cinquenta, contando os que saíram feridos e nunca retornaram. Nos números oficiais não há referência a feridos. Não houve morte entre os policiais militares. (VARELLA, 1999, p. 295)

**FIGURA 2:** Corredor de uma das galerias do Carandiru, após o massacre, alagado de sangue.



Fonte: Niels Andreas, 1992.

Entre os pavilhões da Casa de Detenção de São Paulo, especificamente no quarto andar do quinto pavilhão, encontravam-se a maioria das travestis aprisionadas. Enquanto isso, entre os policiais militares estava Cirineu Letang, que mais tarde ficaria comumente conhecido como “O matador de travestis”. E provavelmente, nunca será de conhecimento público se esses caminhos atravessaram-se naquela tarde, mas cabe à sociedade investigar e

problematizar a vulnerabilidade de travestis e mulheres trans, e como suas trajetórias quase que ritualisticamente são atravessadas pelo cárcere.



### 3.3. A dissidência de gênero

*“A afirmação da identidade implica sempre a demarcação e a negação do seu oposto, que é constituído como sua diferença. Esse ‘outro’ permanece, contudo, indispensável. A identidade negada é constitutiva do sujeito, fornece-lhe o limite e a coerência e, ao mesmo tempo, assombra-o com a instabilidade” (LOURO, 2001, p. 549).*

Seguindo a ideia de que pessoas encarceradas sofrem com fortes perseguições, quando foca-se no debate sobre travestis e mulheres trans encarceradas ocorre uma dupla estigmatização. Em primeira instância, tornam-se apenas, em uma sociedade que celebra a punição e a morte, com a ideia de que "bandido bom é bandido morto". Em segunda instância, são dissidentes de gênero<sup>9</sup>, em um espaço pensado e construído para pessoas cisgênero, que fundamentam sua autoafirmação e segurança de vida, corriqueiramente, através de falas e atos violentos. A união entre esses dois aspectos, possibilita que percebamos a dualidade que há entre escolher seguir um caminho sendo dissidente, e na mesma medida, ter a possibilidade de sobreviver por mais um dia. Não distante disso, em 2020, a expectativa de vida da população nacional é de 74,9 anos, enquanto pessoas transexuais correspondem a menos que a metade desta faixa etária (IBTE; ANTRA, 2020).

De forma básica, as mulheres transexuais, como o termo indica, reconhecem-se dentro do espectro do ser mulher, enquanto travestis não posicionam-se dentro do binarismo estabelecido pela sociedade. Sobre a travestilidade, no entanto, cabe a definição que a cantora e poetisa Linn da Quebrada explanou após sofrer um caso de transfobia em um *reality show*: “não sou homem, não sou mulher. Sou travesti!”.

Para iniciar o diálogo sobre quais aspectos diferem mulheres trans e travestis, antes é necessário descolar-se do senso comum de que toda a mulher trans passa por cirurgia de redesignação. Dito isso, atualmente, entende-se que as mulheres trans e travestis não são opostas, mas sim como sinônimos. É possível nomear travestis enquanto mulheres trans, mas ao autodeclarar-se travesti há uma pontual afirmação política do processo de dissidência. De

---

<sup>9</sup> Corresponde ao grupo de pessoas que não sente-se contemplado pela cisnormatividade, com isso, não identificando-se como “homem” ou “mulher”, mas sim dentro de um espectro diverso.

acordo com Nascimento (2021) se afirmar travesti também é posicionar-se contra o viés higienista que o termo carrega.

Sobre isso, a série Pose (2018), ambientada na década de 1980 traz diversos exemplos, que diretamente exemplificam as relações entre corpo, dissidência de gênero, violência, prostituição e mundo do trabalho.

Em 1949, a filósofa existencialista Simone de Beauvoir iniciou um movimento importante de reconhecimento e afirmação do que é ser mulher. Na obra “O Segundo Sexo” (1949), Beauvoir provoca: “não se nasce mulher, torna-se mulher”, uma reflexão sucinta, porém que anos mais tarde se tornaria um elemento fundamental para a defesa da vinculação entre travestis, mulheres trans e a autoafirmação feminina, possibilitando embasar o acesso ao direito de existir e resistir, através de uma literatura clássica. Na mesma direção, o livro “O lugar das trans na prisão” (2020) discorre sobre a conceituação que difere gênero e sexualidade:

[...] relacionado com o estudo de transgressão às normas de conduta do dispositivo binário de gênero, o qual compreende a pessoa transgênera, não a partir da sua condição humana, mas sua postura desviante e transgressora da lógica binária de gênero. Assim, antes de passar a compreensão das categorias que compõe o universo trans, faz-se importante explicitar as diferenças entre sexo e gênero para melhor entendimento deste estudo. (SANZOVO, 2020, p. 45)

De forma sintética, em relação ao tema proposto, existem quatro âmbitos que formam todas as pessoas. Primeiramente, o gênero, que corresponde à identidade mental e social com a qual o indivíduo percebe-se diante do espelho e da sociedade. Enquanto isso, também há a orientação sexual, que expressa diretamente como e com qual/ quais pessoas cada sujeito relaciona-se no âmbito afetivo e/ou sexual. O terceiro diz respeito ao sexo biológico, que diretamente corresponde ao órgão genital com o qual esse sujeito nasce - onde entram as pessoas intersexo?. Por fim, encontra-se a expressão de gênero, que além de englobar as três subdivisões anteriores, também formula diferentes configurações para cada pessoa, o que traduz o verdadeiro significado de diversidade.

Sabendo disso, é possível retomar o foco da discussão para os eixos iniciais. Portanto, em continuidade ao que foi explorado anteriormente, ao adentrar nas diferentes manifestações da transfobia, percebe-se que a relação das travestis com a prostituição é possivelmente a única alternativa acessível para essas dissidentes de gênero, que sofrem discriminação no mundo do trabalho, como mencionado anteriormente. Sabendo que é urgente o rompimento com esse ciclo, atualmente, há um forte movimento com dois encaminhamentos necessários, sendo o primeiro proteger travestis e mulheres trans da transfobia que é exercida através de

abusos morais e físicos, através de uma ampliação no acesso aos direitos básicos, como saúde, educação e assistência jurídica, e o segundo, discutir e reivindicar um aumento nas oportunidades de trabalhos formais para esta população, que necessitam de uma proteção legal através de políticas públicas.

Nesse sentido, o livro “Transgêneros no cárcere: a luta contra o preconceito no sistema prisional brasileiro” (2020), a autora retoma os direitos destinados às pessoas transgêneras e estabelece o histórico de como o cárcere relaciona-se com a ideia de gênero. Trata-se de um breve ensaio sobre o processo de resistência das pessoas transgêneras nas prisões:

Em meio ao preconceito existente referente à vida em sociedade dos transgêneros, a exclusão destes demonstra evidente a necessidade de que haja um reconhecimento jurídico da identidade de gênero a qual escolhida por este indivíduo em garantia ao princípio da dignidade da pessoa humana e seus direitos básicos enquanto cidadão (FAGUNDES, 2020, p. 35).

Contudo, ainda em 2023, esse grupo não-binário é cotidianamente violado de diversas formas, mostrando que o campo teórico não teve avanços internos, e nem práticas sociais que proporcionassem um maior conforto e seguridade para a permanência desse coletivo em sociedade. Referindo-se ao Brasil, o país carrega o título de país em que o consumo de pornografia trans lidera o ranking mundial, na mesma medida em que se trata do país mais responsável por homicídio dessa população (TDOR, 2021). Tratam-se de dois dados que não se contrapõem coincidentemente, mas sim demonstram sutilmente o que estrutura o caráter do cidadão brasileiro cisgênero e heteronormativo, que ao mesmo tempo que sente-se sexualmente atraído por alguém que distoia do binarismo, repudia este “sentir” como forma de desvincular-se de qualquer possibilidade que haja em ter sua masculinidade, reputação ou bens econômicos ameaçados.

De modo paralelo, ao pesquisarmos a palavra “travesti” ou “mulher transexual”, no Google Notícias, a quantidade de reportagens referentes a assassinato e outras violações de direitos é expressiva. Aliás, no dia em que este capítulo está sendo desenvolvido<sup>10</sup>, completam-se três dias desde o assassinato de Luana Pereira de Jesus, uma travesti que morava na Bahia (BNEWS, 2023). Luana foi vítima da transfobia que culminou em sua morte por arma de fogo. Essa é uma dentre diversas outras histórias que formula o tema da violação de direitos dentro de uma cíclica e constante renovação no registro de novas histórias de crueldade com a população travesti e transexual, pois o genocídio desse grupo permanece sempre revitalizando-se e aprimorando-se em termos de crueldade.

---

<sup>10</sup> Dia 09 de Janeiro de 2023.

Resumidamente, as violações de direitos destes corpos dissidentes não tem uma linha do tempo com início e fim, pois trata-se de uma contínua realidade, na qual as formas de violência são aperfeiçoadas pela sociedade.

Diante da abertura dialógica entre movimentos sociais e diversidade de gênero, muitas questões têm sido frequentemente debatidas para consolidar a permanência de travestis e mulheres transexuais como sujeitos de direito na sociedade. Compreende-se que falar sobre estas mulheres tende a dividir opiniões no sentido de agrupar ou não todas as mulheres que passaram pela transição de gênero na categoria “travestis” e “mulheres trans”.

### 3.4. Alinhamentos necessários

Os três subcapítulos anteriores trataram de resumir brevemente uma parcela do que compõem, respectivamente, os eixos: EJA, prisões e dissidência de gênero. Assim, o que fundamenta este trabalho é justamente o alinhamento entre os três temas, que fluidamente tendem a complementar-se, possivelmente através de uma perspectiva de desigualdade econômica.

Para Sanzovo (2020, p.163), “os efeitos do encarceramento, como o exemplo da superlotação, são perversos para toda a população carcerária”, ou seja, não há nenhum apenado que, mental e/ou fisicamente saia ileso dos danos gerados pela prisão. Tais lesões não são curadas ao fim do tempo de encarceramento, elas acompanham por toda a vida, em uma dimensão que por várias vezes gera o retorno de muitos apenados para o sistema carcerário. O adoecimento gerado pelo cárcere torna-se o que a autora nomeou como patologia social (SANZOVO, 2020, p.57). No entanto, por mais que a teoria evidencie que “é dever do Estado zelar pela incolumidade dos presos, sendo responsável pela indenização por danos que vierem a sofrer nas prisões, independentemente, da prova de culpa dos servidores do presídio” (FAGUNDES, 2020, p.76), na prática, a justiça não funciona de forma equânime, mas sim protegendo aqueles que estão em maior posição nas relações de poder, e que, não coincidentemente, correspondem aos grupo que oprimem os sujeitos apenados.

No entanto, também é interessante que essas relações de poder persistem mesmo no que tange aos pares, ou seja, entre os próprios apenados. Nesse sentido, as questões de gênero estão presentes como forma de posicionar quem subalterniza e quem é subalternizado. Nesse sentido, ao pensar nas penitenciárias masculinas, travestis e mulheres trans acabam na pior posição, tornando-se obrigatoriamente um objeto de negociação, como forma de sobrevivência (PASSOS, 2014).

Portanto, conhecer o afinilamento incessante das relações de subalternidade, que são guiadas pelo gênero e raça, a educação tem o papel de tornar as travestis e mulheres trans proprietárias de um conhecimento que possa ser transformado em trabalho, e consequentemente, em uma moeda de troca que não sejam seus corpos. Essa reflexão aponta que educação e trabalho são assuntos indissociáveis para a permanência das travestis e mulheres trans enquanto sujeitos de direito.

Ao tratar da diversidade no contexto das discussões sobre gênero é fundamental, também, destacar que no Plano de Política Criminal, do Ministério da Justiça, a medida que

“[...] garante respeito à diversidade e trata de "questões de gênero", de condição sexual, de deficiência, de idade, de nacionalidade, entre outras, são vividas também no campo criminal e penitenciário e não devem ser desconsideradas” (BRASIL, 2015 apud FAGUNDES, 2020, p. 62).

Na versão atual do documento mencionado, que é válido entre 2020 e 2023, está disposto que: “o acesso à educação deve ser garantido ao preso, pois uma privação disso significa impor uma pena adicional ao apenado” (ZONATTO, 2018 apud BRASIL, 2019, p.97). O que, no entanto, não dialoga com essa afirmação, pois o Ministério da Justiça e Segurança Pública parece não realizar o mesmo movimento reflexivo quando trata-se da dissidência de gênero ao não propiciar espaços e momentos formativos para travestis e mulheres trans, resultando na inviabilização desta população e ampliando formas de transfobia.

#### **4. DOS DESAFIOS AOS RESULTADOS**

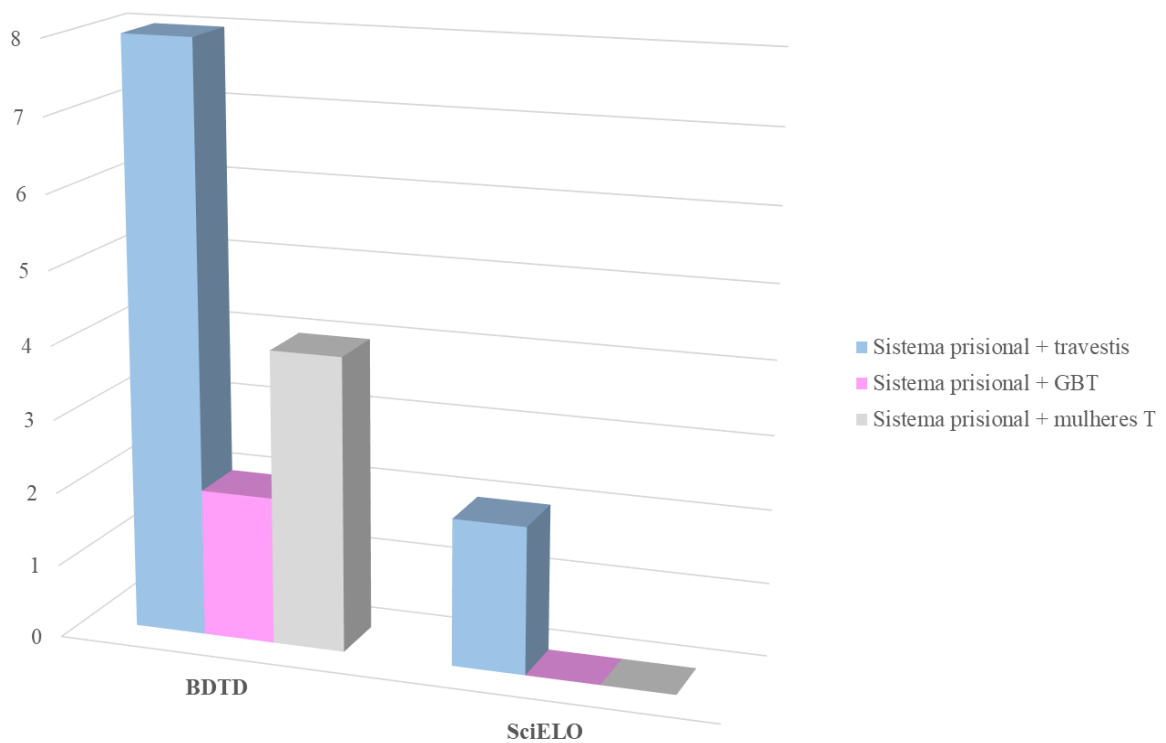
Em relação ao que a academia produz acerca do acesso à educação para sujeitos aprisionados, pode-se afirmar que:

Ampliando as nossas reflexões sobre a política de educação para os sujeitos apenados do Brasil, visando efetivamente avançar na discussão e com fundamento em uma concepção crítica sobre o papel do sistema penitenciário na sociedade contemporânea, nos últimos anos, grande parte da produção acadêmica sobre o tema tem buscado analisar as suas perspectivas teóricas, políticas e pedagógicas, principalmente dialogando sobre conceitos relacionados à justiça, criminalidade, privação de liberdade, direitos humanos, garantias de direitos, políticas públicas, socialização e socioeducação. (JULIÃO; GODINHO, 2019, p. 02).

No entanto, o cenário é contrastante quando se dá enfoque às travestis e mulheres trans. Comumente, a pesquisa acadêmica que envolve esses sujeitos têm seu olhar voltado para a área da saúde, o que por um lado, indica uma necessária luta pelo direito à saúde pública e adequada, e por outro, corrobora discursos transfóbicos que se alimentam da ideia de que todas as travestis e mulheres trans prostituem-se, e por vontade própria, como se o preconceito da sociedade não as levasse a isso.

Ao utilizar os descritores iniciais nos bancos de produções acadêmicas, foram encontrados 16 trabalhos, entre os quais alguns repetiam-se por estarem disponíveis em mais de uma plataforma.

**FIGURA 3:** Resultados iniciais (descritores x plataforma)



**Fonte:** da autora

Após isso, como forma de filtrar trabalhos que, de fato, falassem algo sobre o proposto neste estudo, os resumos dos trabalhos encontrados passaram por uma leitura analítica, na qual era necessário que as palavras “educação” e “pedagogia” aparecessem. Logo, o resultado final foi de 7 produções acadêmicas, sendo 5 dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado.



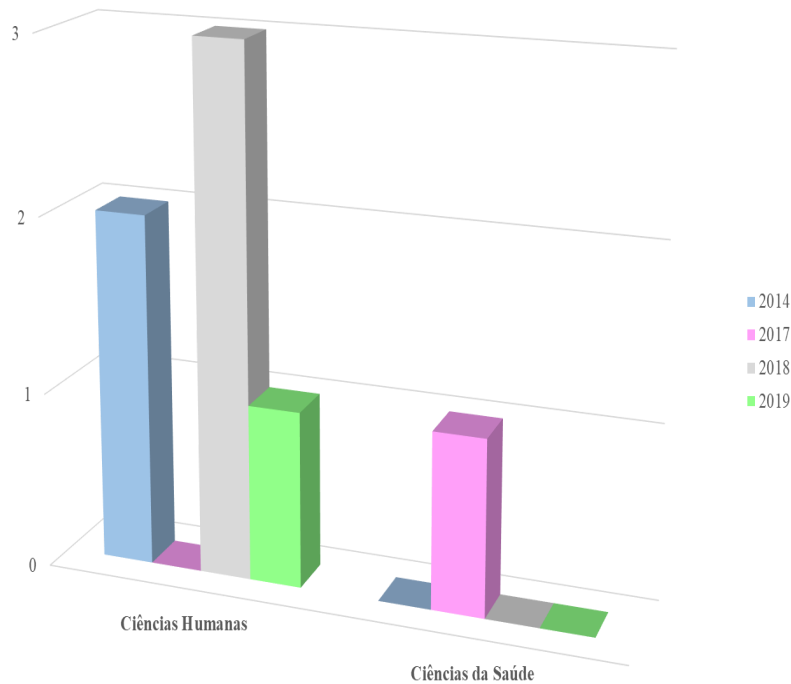
**QUADRO 1:** Resultados das pesquisas nas bibliotecas digitais BDTD e SciELO

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Orientador</b>	<b>Universidade</b>	<b>Área</b>	<b>Nível</b>
Travestis e prisões: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere	Guilherme Gomes Ferreira	2014	Beatriz Gershenson Aguinsky	PUCRS	Serviço Social	Dissertação
Uma ala para travestis, gays e seus maridos: pedagogias institucionais da sobrevivência no Presídio Central de Porto Alegre	Amilton Gustavo da Silva Passos	2014	Fernando Seffner	UFRGS	Educação	Dissertação
Conhecimentos, atitudes e práticas sobre tuberculose entre transgêneros na cidade de São Paulo, Brasil	Sérgio Ferreira Júnior	2017	Péricles Alves Nogueira	USP	Saúde Pública	Tese
Gestão prisional e minorias sexuais: o caso da penitenciária masculina do Distrito Federal	Samuel Araújo Alves dos Santos	2018	Analia Soria Batista	UnB	Sociologia	Dissertação
GÊNEROS ENCARCERADOS: uma análise <i>trans.viada</i> da política de Alas LGBT no Sistema Prisional de Minas Gerais	Gabriela Almeida Moreira Lamounier	2018	Marco Aurélio Máximo Prado	UFMG	Psicologia	Dissertação
O recorte de gênero no trabalho em saúde em um estabelecimento prisional feminino*	Paola Fagundes Pase	2018	Angelo Brandelli Costa	PUCRS	Psicologia	Dissertação
O dispositivo bicha: gênero e sexualidade como técnicas de controle prisional	Amilton Gustavo da Silva Passos	2019	Fernando Seffner	UFRGS	Educação	Tese

**Fonte:** da autora

Ainda no sentido de organizar a estrutura analítica da pesquisa, os trabalhos foram categorizados entre “ciências humanas” e “ciências da saúde”. No caso da Psicologia, optou-se por estabelecê-la enquanto uma ciência humana, pois trata-se de um movimento de reconhecimento e auto afirmação realizado por alguns profissionais da área. É mais fácil visualizar a psicologia como ciência da saúde, o que motiva o movimento de sair da zona de conforto e perceber que novos debates envolvem áreas que estão sendo diretamente atravessadas e estão atravessando, na mesma medida, o campo da educação.

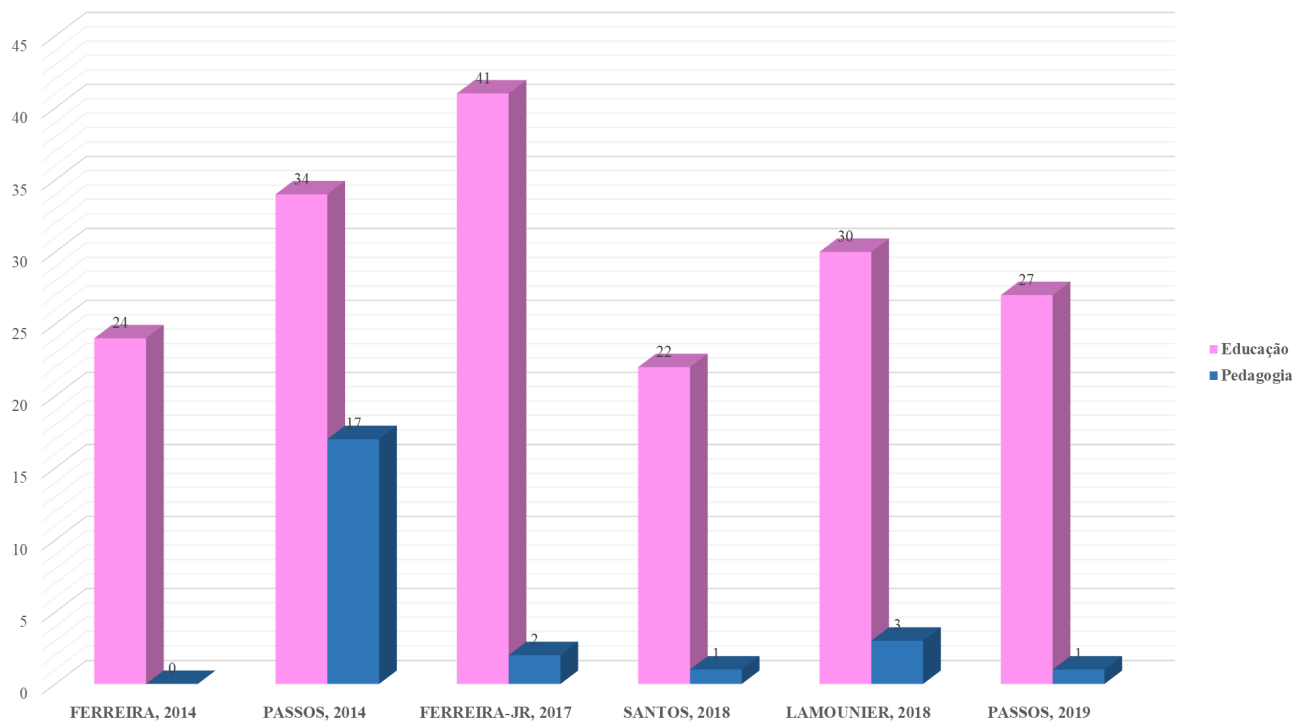
**FIGURA 4:** Produções acadêmicas (área x ano de publicação)



**Fonte:** da autora

Retornando a busca pelos termos utilizados nos resumos, além da leitura detalhada de cada trabalho completo, foi interessante estabelecer um comparativo no que tange aos diferentes níveis de recorrência das palavras escolhidas, em cada trabalho. Em sua maioria, os trabalhos possuíam ao menos uma menção a cada termo, sendo somente o primeiro trabalho, o que não utilizou o termo “pedagogia”. Essa análise comparativa é importante para a reflexão que acompanha a leitura desses estudos, pois ao mesmo tempo que todos os termos são na área da educação, somente dois trabalhos são da mesma área, e inclusive, são do mesmo autor.

**FIGURA 5:** Frequência (termo na área da educação x trabalho explorado)



Fonte: da autora

Em síntese, apresenta-se um cronograma sintético dos processos explicitados anteriormente:

**FIGURA 6:** Fluxograma representativo para a obtenção das produções acadêmicas



Fonte: da autora

## **5. ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS**

O presente capítulo tem como principal cursor a análise detalhada das teses e dissertações encontradas ao fim das buscas por trabalhos que explorassem os três eixos centrais desta pesquisa. As seguintes subseções deste trabalho foram divididas estrategicamente para que cada monografia fosse contemplada dentro de suas especificidades, porém, será possível identificar, através do discurso, que os autores dialogam entre si, talvez pelo fato de que haja uma escassa produção.

### 5.1. “Travestis e prisões: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere”

A dissertação de mestrado de Guilherme Gomes Ferreira teve como população de interesse as travestis encarceradas no Presídio Central de Porto Alegre, no ano de 2014. A questão de pesquisa que norteou esse estudo foi “como vem se constituindo as experiências sociais das travestis privadas de liberdade no Presídio Central de Porto Alegre?” Assim, primeiramente, o autor objetiva reconhecer como as travestis compreendem suas vivências enquanto apenadas. Em segundo momento, foi proposta a iniciativa de alinhar reflexões acerca das noções de identidade de gênero que estão presentes em todos os os sujeitos da prisão, de apenados a funcionários. O terceiro objetivo do estudo consistiu em reconhecer a forma com a qual as travestis organizam-se em relação à prisão, através de diferentes formas (espacial e coletiva). Por fim, o último objetivo do estudo dialoga diretamente com a proposta que a atual revisão aborda, ou seja, tratar das demandas acerca dos direitos humanos, investigando quais são as demandas das travestis, e suas possibilidades de acesso.

Após experiências profissionais com o atendimento específico da população LGBT, com foco nas denúncias de variadas formas de violências que travestis vivenciavam, o autor teve contato com o Sistema de Segurança Pública, através do qual iniciou seu caminho de investigação em relação ao modo como essas travestis eram tratadas em sua busca por justiça nas delegacias, o que evidenciou uma discriminação explícita por parte da Guarda Municipal. Assim, Ferreira (2014) utiliza do materialismo histórico dialético<sup>11</sup> como concepção filosófica, unindo-o ao feminismo, criminologia crítica<sup>12</sup>, e, também, à teoria *queer*<sup>13</sup>.

Ao se tratar da metodologia, Ferreira (2014) optou por uma pesquisa qualitativa, através da qual realizou pesquisas bibliográficas e documentais, entrevistas não estruturadas, e por fim, observações com registros em diário de campo. Após o final das entrevistas, o autor realizou a análise discursiva, registrando suas reflexões e desenvolvendo o trabalho. Por fim, as palavras-chave utilizadas pelo autor foram “travestilidades”, “prisões”, “direitos humanos” e “experiências sociais”.

Ao longo do trabalho, poucas são as menções ao termo educação como direito básico das travestis apenadas, por exemplo, o autor comenta sobre a educação em direitos humanos

---

<sup>11</sup> Desenvolvida por Marx e Engels, trata-se de uma teoria que engloba a política, sociologia e economia, que tem como objetivo compreender a relação entre trabalhadores, classes sociais e produção de bens materiais.

<sup>12</sup> Dialoga com o materialismo histórico dialético no sentido de que consiste em uma perspectiva da criminologia que trata de identificar e refletir sobre a forma como ocorre uma dissociação entre o direito e a sociedade, denunciando a seletividade penal, que privilegia classes dominantes.

<sup>13</sup> Trata-se de uma teoria que visualiza orientação sexual e identidade de gênero como construções sociais.

como algo distante do que elas conseguem acessar. Segundo Ferreira (2014, p.96, grifo da autora) “aqui também as travestis estão sendo consideradas desviantes pelos seus pares, e em vez de **educação** em direitos humanos, o que se vê é o castigo corporal indireto, na medida em que as “viajadas” são colocadas em celas misturadas de outras prisões”.

Pouco depois, o autor comenta sobre a dualidade que compõe a abertura de uma ala voltada especificamente para as travestis. Essa dualidade se ancora no fato de que apesar da inauguração da ala ter como objetivo reduzir a violência sofrida por essas pessoas dissidentes de gênero, um contraponto é a geração de um aumento no obstáculo para o acesso à educação. Dessa forma, até mesmo a segregação é contrastante em relação ao restante dos apenados (FERREIRA, 2014, p. 101).

Além disso, o autor traça um paralelo de suas reflexões com o que o sociólogo Loïc Wacquant também aborda, ou seja, identificar nas prisões brasileiras as condições desumanas de sobrevivência. De acordo com Wacquant (2001, p.11), as prisões são

[...] caracterizadas pela falta de espaço, ar, luz e alimentação [...]; negação de acesso à assistência jurídica e aos cuidados elementares de saúde cujo resultado é a aceleração dramática da difusão da tuberculose e do vírus HIV [...]; violência pandêmica entre detentos, sob forma de maus-tratos, extorsões, sovas, estupros e assassinatos, em razão da superpopulação supracitada [...], da inatividade forçada (embora a lei estipule que todos os prisioneiros devam participar de programas de **educação** ou de formação) e das carências da supervisão. (apud FERREIRA, 2014, p. 112, grifo da autora).

Posteriormente, o autor pontua que “a **educação** brasileira historicamente não prepara as pessoas para os temas de gênero/sexualidade [...]” (FERREIRA, 2014, p.118, grifo da autora). Nesse fragmento, é possível encontrar uma crítica que se mostra sempre atual, afinal, apesar da concepção laica adotada pelo Estado, o conservadorismo apresenta-se como bloqueador de quaisquer temas que osem fugir à norma tradicional de ensino. A incongruência do conservadorismo reside, por exemplo, no fato de que se trata de um grupo que reivindica abertamente a liberdade de expressão, e no entanto, impossibilita crianças e adolescentes de acessarem informações fundamentais para a construção de sua identidade, saúde e vivências. O que parece, na verdade, é que a liberdade é seletiva, até mesmo no que diz respeito à expressão. Nem toda a expressão merece liberdade, na perspectiva conservadora.

Em outro momento, o autor menciona a escola, de acordo com ele “[...] as travestis não conseguem acessar a escola e as oportunidades de trabalho através dos Protocolos de Ação Conjunta (PACs) em razão de um discurso de proteção que diz que elas sofrerão agressões ao estarem em contato com os outros presos. No entanto, o PCPA se organiza para

que elas tenham os atendimentos técnicos e os passeios ao pátio em horários diferentes dos outros presos, o que parece demonstrar que não necessariamente elas não tenham acesso à **educação** e ao trabalho por falta de estrutura institucional ou de corpo policial que mantivesse-as protegidas” (FERREIRA, 2014, p. 120, grifo da autora). Isso provoca a sensação de que inúmeros são os discursos e recursos para afastar e legitimar esse afastamento das travestis em relação ao ambiente escolar (mesmo que ele seja interno ao cárcere).

Ao tratar sobre a abertura de uma ala para a população dissidente de gênero, o autor comenta que esse é um movimento de proporcionar a coletividade entre as travestis, que de tal modo fortalecem-se para que possam reivindicar seus direitos, além da proteção institucional. (FERREIRA, 2014), pois:

*[as travestis] lidam melhor com o modo de funcionamento geral e particular da prisão, por outro lado esse mesmo modo de funcionamento oprime de formas mais perversas as travestis através do não acesso à **educação** e ao trabalho dentro do cárcere [...]. (FERREIRA, 2014, p. 121).*

Com os destaques anteriores, é plausível que entendamos a referência do autor em relação ao termo “educação” como um exemplo de direito humano, oportunizando ao leitor um entendimento de que existem mecanismos contrários ao acesso à educação para o público em questão.

## 5.2. “Uma ala para travestis, gays e seus maridos: pedagogias institucionais da sobrevivência no Presídio Central de Porto Alegre”

Em uma perspectiva pós-estruturalista, o trabalho propõe-se ao movimento de escuta e compreensão das histórias de vida que circulam pela ala das travestis. As entrevistas narrativas que, no caso, caracterizam-se como entrevistas não estruturadas foram utilizadas como forma de responder aos questionamentos do autor: “como, em uma instituição extremamente heteronormativa, o estigma que o grupo LGBT parece carregar passou a conferir benefícios?”, “como esse espaço se fez possível agora e não em outro momento?”, “quais os efeitos que a existência desse espaço tem sobre seus moradores? E sobre os outros apenados?” (PASSOS, 2014).

Seguindo a perspectiva subjetiva de criar a própria metodologia, o autor tem como fenômeno de pesquisa a ala LGBT construída naquele que, em 2008, foi nomeado como “o pior presídio do Brasil e da América Latina” (LEÃO; RODRIGUES, 2019). Nas palavras do autor, “esse estudo procura descrever como certas condições cooperam de forma a contribuir com a produção de um determinado espaço no cárcere e como espaço atua sobre os apenados” (PASSOS, 2014, p. 20).

Apesar de se tratar de uma produção da área da educação e da frequência desse termo ser de trinta e quatro, nenhuma das vezes nas quais a palavra “educação” apareceu foi no corpo do manuscrito, mas sim como, por exemplo, na capa e na lista de referência. Uma das aparições, no entanto, está presente nas palavras-chave e é acompanhada dos termos “travestis”, “presídio”, “Pedagogia da Sobrevivência” e “performance”.

Com o resultado ineficaz da busca pela palavra “educação”, houve uma tentativa de buscar o termo “pedagogia”, que se manifesta logo no título do trabalho. O resultado foi positivo, e contribuiu para que fosse possível desenvolver a análise aqui realizada.

Aproximando-se da metade do trabalho, o autor proporciona uma explicação didática acerca da curricularização da aprendizagem, explicitando que:

[...] compreender o aprendizado como apenas uma relação que se estabelece entre professor e aluno, em uma aula, cujo conteúdo programático responde a um currículo previamente planejado, de tal sorte que a **pedagogia** se encerra ao fim de cinquenta minutos previsto por um professor é algo perigosamente reducional. Existem modos e estratégias de ensinar que produzem certos aprendizados certos aprendizados em diversas camadas da nossa cultura. Tais práticas podem, ou não, estar relacionadas com esses currículos escolares. (PASSOS, 2014, p. 44).

Essa reflexão é intercorrida por outra ainda mais interessante, quando Passos (2014) reconhece a cultura como um instrumento que constitui um mecanismo pedagógico



importante. Nos dois fragmentos, o autor sugere que a aprendizagem não ancora-se somente no ensino curricular, mas que também pode ser desenvolvido a partir dos repertórios culturais trazidos pelo corpo discente.

Outro aspecto interessante acerca da escrita do autor é que o mesmo disserta sobre o fenômeno investigado tornando possível ao leitor o movimento de atravessar os muros da prisão, sendo através da descrição detalhada sobre a atmosfera do local, ou mesmo pelos relatos dos desafios burocráticos encontrados:

Aquele que queira passar a ser morador da ala e usufruir dos benefícios que ela pode oferecer parece submeter a si mesmo as possibilidades performativas legítimas para aquele espaço. Tais indivíduos parecem ser interpelados pelas práticas performativas desse sujeito. *A priori* não haveria espaço para alguém que não respondesse performativamente a esse sistema de representação que institui um marco identitário a ser alcançado. Assim, as práticas performativas às quais os maridos das travestis parecem estar submetidos configuram um potencial pedagógico. Não me refiro a um modelo de **pedagogia** mais formal, programático, comum em ambientes escolares. Refiro-me a uma perspectiva, de certa forma, ampliada de **pedagogia**. (PASSOS, 2014, p. 82, grifo da autora).

Reconhecendo que “[...] a **pedagogia** cultural se aproxima da **pedagogia** produzida em sala de aula ao assumir que em ambos os casos indivíduos são subjetivados e produzidos na interlocução com essas formas de saber” (SILVA, 2010 apud PASSOS, 2014, p. 82, grifo da autora), compreende-se que há muito da pedagogia nas vivências cotidianas enfrentadas no cárcere. Entre essas, encontra-se o que Passos (2014) nomeia por "pedagogia da sobrevivência”, que caracteriza as dinâmicas que formulam as relações encontrados na prisão, ao longo da investigação realizada pelo autor: “através dessa **pedagogia** da sobrevivência eles se posicionam nessa relação de poder tornando-se, assim, sujeitos de um investimento sobre si mesmos. Constitui-se a partir dessa relação uma modalidade pedagógica regular, eficiente e sedutora” (PASSOS, 2014, p. 83, grifo da autora).

Apesar do sentido amplo colocado em relação ao termo, o autor define de modo mais assertivo que:

[...] a **pedagogia** da sobrevivência, por assim dizer, se constitui uma prática sobre si que mobiliza um conjunto de ensinamentos, ou seja, na tentativa de ocupar um local que é enunciado como livre das mazelas do restante do presídio (armas, violência, drogas, constante risco à vida), de usufruir de uma melhor qualidade de vida, esses indivíduos são interpelados pelos pré-requisitos instituídos por uma complexa trama jurídico-discursiva. (PASSOS, 2014, p. 84, grifo da autora).

Ou seja, essa pedagogia funciona como uma cultura que se desenvolve através das vivências que compõem o cotidiano de quem está encarcerado. Trata-se de um novo modo de

(sobre)viver, compreendendo que a curva oposta a esse caminho podem ser inúmeras formas de violência.

Dessa forma, a **pedagogia** da sobrevivência não cessa seus efeitos produtivos no momento em que se consegue acesso à ala. Se por um lado essa pedagogia institucional torna os indivíduos sujeitos de uma produção performativa de subjetividade, por outro, através das normas de pertencimento instituídas pelas próprias práticas performáticas eles se tornam, também, sujeitos de um emaranhado de governamentalidade onde o que está em jogo são as possibilidades de sobrevivência. (PASSOS, 2014, p. 95, grifo da autora).

Nesse fragmento, o autor parece tratar dos aspectos burocráticos que envolvem a pedagogia da sobrevivência, tornando possível que o medo e a insegurança se renovem pela falta de segurança naqueles que deveriam ser legalmente protetores, como a direção do presídio. Afinal, onde está a gestão da penitenciária quando uma travesti é violentada e precisa voltar para a convivência com quem a violentou?

### 5.3. “Conhecimentos, atitudes e práticas sobre tuberculose entre transgêneros na cidade de São Paulo, Brasil”

O trabalho escrito por Sérgio Ferreira Júnior, em 2017, especifica seu campo de reflexão ao comentar sobre a educação em saúde, ou seja, no que diz respeito à propriedade de sintomas, prevenção e outras formas de conhecimento que compõem esse campo, especificamente, em relação à tuberculose. No início da monografia, o autor indica sua proposta em relação ao tema de educação em saúde:

[...] a participação da sociedade civil nas ações de controle da doença no país, nos dias de hoje, ainda é discreta e enfrenta grandes desafios territoriais causados pela diversidade cultural, descontinuidade das ações de **educação** permanente em saúde e pela deficiência na regularidade de repasses dos recursos financeiros. (SANTOS e GOMES, 2007 apud FERREIRA-JR, 2017, p. 6, grifo da autora).

Em outro momento, é apresentada uma fala da atriz Leonarda Gluck, sem maiores informações, Gluck afirmou que “hoje em dia, diariamente, eu vejo nos jornais o sangue derramado de travestis e transexuais assassinadas por um sistema que faliu na **educação**, que faliu na promoção da sensibilidade, que faliu ao pensar sobre a diversidade, que faliu em dignidade” (FERREIRA-JR, 2017, p. 34, grifo da autora).

Algumas páginas depois, é retomado o marco legal da Lei de Identidade de Gênero, que através de um período longo de sua avaliação “tem causado reações contrárias entre alguns setores religiosos da política nacional que impedem a evolução dessa discussão de gênero no âmbito da **educação** como parte do currículo escolar” (BRASIL, 2013c apud FERREIRA-JR, 2017, p. 93, grifo da autora). Nesse sentido, cabem dois destaques importantes, sendo o primeiro a representação de como o Senado e as outras instâncias legais são monopolizadas por pessoas que conduzem suas vidas políticas partindo de um pressuposto religioso e ortodoxo, deslegitimando a característica do Brasil enquanto um país laico. O outro aspecto está na retomada da contribuição do Ministério da Educação para a regulação do nome social:

Para além do combate à transfobia essas organizações também atuam no ativismo, o direito pelo uso do nome social, direito garantido pelas portarias nº 1.613, de 18 de novembro de 2011 e 2.836 de 1º de dezembro de 2011 do Ministério da **Educação** e na portaria nº 233, 18 de Maio de 2010 do Ministério de Estado e Planejamento, Orçamento e Gestão e na portaria nº 457 de 19 de agosto de 2008, do Ministério da Saúde. (BRASIL, 2011, 2010a; BRASIL, 2008a apud FERREIRA-JR, 2017, p. 43, grifo da autora)

Em outra menção ao termo "educação", o autor traz que “o conhecimento constitui-se na lembrança de acontecimentos ou fatos transmitidos pelo sistema de **educação** do qual o

indivíduo participa, emitindo conceitos com o entendimento adquirido sobre determinado assunto ou evento (ALVES et al., 2008 apud FERREIRA-JR, 2017, p. 45, grifo da autora) Com isso, pode-se refletir sobre como a educação se apresentou desde cedo na vida daquelas que estão apenadas. Elas frequentaram a escola antes de ingressar no sistema penitenciário? Conheceram outras formas de educação (oficinas, cursos, etc)? O que elas entendem como escola? E como educação? Enfim, inúmeros são os questionamentos que devem anteceder a típica intromissão de “você pretende estudar depois que egressar da prisão”. Por exemplo: que recursos o Estado garante para que o apenado consiga se escolarizar?

Após isso, o texto carrega uma reflexão no que diz respeito especificamente ao apagamento que as escolas geram nos estudantes, sobretudo, ancoradas por currículos cristalizados. Ou seja, “historicamente, as instituições de **educação** são voltadas à interdição dos corpos e das diferenças, constituídas a partir de um referencial curricular e discursivo heteronormativo que nega as diversidades identitárias e sexuais” (FERREIRA-JR, 2017, p. 103, grifo da autora). E quando a escola está localizada em uma prisão? Os planos curriculares pensam que a trajetória na criminalidade, por si só, já é punição suficiente?

Sobre o mesmo ponto, "apesar dos inúmeros discursos contemporâneos sobre a inclusão das diferenças e diversidades na **educação**, é conhecida a forma como o sistema educacional lida com essas questões no país" (FERREIRA-JR, 2017, p. 103, grifo da autora). Sabendo, portanto, como funcionam as diretrizes curriculares na prática, é urgente que sejam pensadas outras estratégias de inclusão da população dissidente de gênero na rotina escolar.

Compreendendo que possivelmente a maior parte de seus leitores não sejam da área da educação, o autor menciona superficialmente quais são os documentos que estruturam a educação brasileira, no caso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997b; BRASIL, 1996 apud FERREIRA-JR, 2017). Não detendo-se prolongadamente nesse aspecto, há uma retomada na denúncia em relação "a negação da possibilidade de existência dos indivíduos que transitam entre os gêneros nas instituições de **educação**" (FERREIRA-JR, 2017, p. 104, grifo da autora).

Adiante, o autor finalmente alcança o ponto ao qual preparava a escrita, ou seja, a educação em saúde. Ele inicia comentando que "em geral, os enfermeiros do PSF são os profissionais de saúde responsáveis pelas ações de **educação** em saúde (AES), cabendo-lhes a responsabilidade de transformar o ato de cuidar em educar" (FERREIRA-JR, 2017, p. 131, grifo da autora). O que transmite a ideia de que há um aspecto pedagógico que ronda todo o cotidiano do campo da saúde. Por exemplo, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), o primeiro contato do paciente com a triagem é comumente denominado como "acolhimento".

Há muito do educar freiriano em compreender a prática pedagógica como fonte de escuta e acolhimento.

Em complemento, "em seu âmbito, a ESF realiza ações de **educação** em saúde (AES), comunicação e mobilização social, visando o fortalecimento da capacidade de enfrentamento dos problemas ligados ao processo saúde doença e cuidado no contexto da tuberculose (TB)" (BRASIL, 2002c apud FERREIRA-JR, 2017, p. 136, grifo da autora). Isso indica a necessidade de uma interdisciplinaridade entre áreas de atuação, no caso, educação e saúde, pensando no tema amplo que gera a intencionalidade desta pesquisa: educação, saúde e direito (por que não?)

Especificamente no que tange a esse assunto com enfoque na tuberculose, o autor afirma que "as práticas de **educação** em saúde são desenvolvidas pelos profissionais mais próximos do processo saúde-doença das populações em seu cotidiano e, portanto, delegada às equipes de ESF a responsabilidade das ações educativas no controle da TB" (ALVES, 2005 apud FERREIRA-JR, 2017, p. 136, grifo da autora). Isso demonstra uma dualidade, visto que, ao mesmo tempo em que os profissionais da área da educação são quem, de fato, dominam diferentes abordagens pedagógicas, o conhecedor das dinâmicas do sistema de saúde é o profissional da área. De fato, o que parece ser uma alternativa razoável, no sentido de vetar uma polaridade desnecessária, é buscar uma formação continuada que vai para além de cursos superficiais, mas que também integrem os diferentes profissionais, proporcionando espaços para verdadeiras trocas e aprendizagem sobre a educação.

O último registro do termo pesquisado consiste em um resumo das considerações finais elaboradas pelo autor:

Nesse sentido, concluiu-se que, apesar dos esforços dos programas de controle da tuberculose, as ações de **educação** em saúde desenvolvidas nos serviços públicos, voltadas à prevenção da TB, apresentam falhas e não atingem seus objetivos. Inferiu-se que as ações de educação em saúde, em especial aquelas voltadas para a prevenção da TB também não são valorizadas nas unidades de saúde, revelando a precariedade de recursos e espaços físicos para o seu desenvolvimento (FERREIRA-JR, 2017, p. 140, grifo da autora).

Sobre esse fragmento, retoma-se a reflexão anterior de que é necessária uma renovação na forma como os profissionais da saúde preparam-se para o exercício da educação em saúde. Além disso, ao pensar-se nas penitenciárias que bebem de um financiamento do poder público, cabe ao Estado legitimar a necessária distribuição de verbas para a capacitação dos profissionais, além de sua continuidade no trabalho em saúde realizado nas prisões.

#### 5.4. “Gestão prisional e minorias sexuais: o caso da penitenciária masculina do Distrito Federal”

A dissertação de mestrado de Samuel Araújo Alves dos Santos foi defendida em 2018, partindo do campo da Sociologia. No início da monografia, o autor menciona a resolução nº1 outorgada em 2014 pelo CNPCP, o Conselho Nacional de Política Criminal, e também pelo CNCD, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Nesse documento consta “a criação de espaços físicos reservados a homossexuais e travestis nas instituições prisionais masculinas; o respeito ao nome social de travestis e transexuais; o acesso à saúde, **educação** e respeito às características físicas desses sujeitos” (BRASIL, 2014 apud SANTOS, 2019, grifo da autora). Esse fragmento dialoga com o trabalho analisado no subcapítulo 5.3. deste estudo, onde associa-se saúde e educação como suplementares. Assim, associar os dois estudos pode ser um caminho para pensar estratégias de revitalização dos direitos básicos das travestis e mulheres transexuais encarceradas.

O autor revela um pouco sobre os caminhos que o levaram ao contato com a categoria de professores atuantes no sistema carcerário:

O primeiro contato com um dos professores foi por meio da rede de contatos estabelecida no Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança Pública - NEVIS. No primeiro contato utilizamos a técnica bola de neve, como nos demais casos. Todas as entrevistas foram realizadas no Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de **Educação** - EAPE, os dias variavam entre: quartas e quintas-feiras, dias de coordenação dos professores e até mesmo dia de visitas no Complexo Penitenciário. O roteiro utilizado para os professores priorizou suas experiências como docentes no sistema, assim como a construção de sua prática cotidiana. (SANTOS, 2019, p. 32, grifo da autora).

Sobre isso, é interessante a descoberta da existência de um espaço de formação para os educadores que atuam nas prisões. Como esse espaço funciona? Como funciona a estrutura pedagógica dos encontros? Esse centro é uma realidade nacional?

Pouco depois, a monografia nos leva de volta ao discurso mencionado por outras produções analisadas anteriormente neste trabalho. O discurso em questão elucida sobre os resultados das diferentes formas de exclusão baseadas na diversidade sexual e de gênero, que refletem diretamente na "privação de empregos, **educação** e acesso à saúde, como é o caso de presas transexuais que fazem ou fizeram uso de hormônios" (ANDRADE; CARTAXO; CORREIA, 2018: 506 apud SANTOS, 2018). Apesar de ser uma afirmação repetitiva para quem possui contato com a temática, é fundamental destacar que, dentre todas as produções no campo da sociologia, somente um trabalho foi encontrado, ou seja, para muitos leitores que vem dessa área, o tema pode ser uma novidade.

Tais parâmetros são entendidos como uma medida nova e relevante no cenário prisional do DF. No entanto, é imprescindível exemplificar que a criação de normas muitas vezes passa por interesses difusos, os quais constroem diferentes narrativas sobre os diferentes temas. Em seu canal na plataforma do YouTube, o deputado Raimundo Ribeiro postou um vídeo no qual debate em audiência pública da Câmara Legislativa sobre a “ideologia de gênero”, na base curricular comum. Ao expor que a escola deve agir de maneira complementar à família na **educação** de crianças e que suas pesquisas o conduziram ao entendimento de que, na “ideologia de gênero” ou teoria de gênero, as pessoas não nascem definidas (SANTOS, 2019, p. 49, grifo da autora).

De acordo com o autor, entre as unidades que compõem o Complexo Penitenciário da Papuda onde a pesquisa foi desenvolvida, encontra-se o Centro de Internamento e Reeducação (CIR), que, junto a outras três unidades, localiza-se na Fazenda da Papuda. Ainda sobre o CIR, o autor comenta que:

O Centro de Internamento e **Reeducação** (CIR) é destinado para presos que estejam em regime semiaberto. São internos que, de maneira geral, trabalham dentro da penitenciária ou fora dela. A Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, FUNAP, está localizada nesse prédio. Ela é responsável por ministrar oficinas profissionalizantes dentro do sistema. O CIR também é chamado por alguns professores de “Papudão”, sendo referenciado como a porta de saída do sistema prisional. Nele, os presos são vistos como dóceis e costumam oferecer pouco trabalho. (SANTOS, 2019, p. 71, grifo da autora).

Apesar de não debruçar-se amplamente nas observações sobre o campo pedagógico, o trabalho aborda brevemente sobre um aspecto fundamental em se falar na educação de jovens e adultos, que é a modalidade correspondente aos presídios. O autor elabora que a educação e o trabalho servem como estratégia de disciplina (SANTOS, 2019), o que dialoga com a perspectiva de que as

[...] práticas dos agentes para a manutenção da segurança irão percorrer caminhos que não são especificados pela normativa. As práticas informais não seguem prescrições do trabalho burocratizado, mas corroboram para a manutenção do que se entende enquanto meta sobre elas, ou seja, a manutenção do controle e da ordem. (SANTOS, 2019, p. 84).

De fato, o modelo carcerário que encontramos no Brasil tem como fonte de punição e apagamento do sujeito a imposição de uma disciplina institucional, que nem sempre é institucionalizada. No mesmo sentido, encontra-se a educação como forma de hierarquizar as relações (os presos com a menor escolaridade), e o trabalho como forma de mendigar a liberdade. Esses dois componentes apresentam-se em diferentes exemplos sutis, como é o caso relatado por um dos presos entrevistados pelo autor:

O uso de caneta preta não pode, então tem que trocar por uma azul porque o preso pode fazer uma roupa toda preta. Então temos que mostrar a intencionalidade, o propósito. Não pode um lápis para atividade na cela porque pode virar uma arma, aí

nós temos que nos adaptar. E se for um lápis pequeno? Esse pode. Então, é esse caminho para a **educação** acontecer na prisão. [Preso 3] (SANTOS, 2019, p. 112, grifo da autora).

Ao mesmo tempo que medidas de segurança são importantes para a manutenção da ordem no sistema penitenciário, assim como para a segurança de todos os envolvidos a ele, a afirmação das relações de poder parecem ser intensificadas nas brechas encontradas através de exemplos como o supramencionado. Com isso, a educação é exposta como um favor feito aos que merecem o expurgo:

A manutenção da segurança é um meio para que a **educação** aconteça, mas a segurança e os mecanismos para que ela se concretize estão, hierarquicamente, em um patamar superior a qualquer atividade ressocializadora. A própria estrutura física dos presídios não prevê uma existência de escolas nesses espaços. Mesmo que cada unidade tenha características específicas relacionadas aos prédios, em todos eles os espaços para a escola foram improvisados. São aquilo que os professores chamaram de ‘cela de aula’. (SANTOS, 2019, p. 113, grifo da autora)

Finalizando suas observações acerca do campo educacional em plano geral, SANTOS (2019) afirma que “as práticas que são representadas como intervenções humanas para garantir o funcionamento da comunidade, como saúde, segurança e **educação**, servem como mecanismos de dominação”. Esse fragmento sintetiza a ideia da crítica ao repertório oral e gestual utilizado pelos profissionais no que se refere aos presos enquanto custodiados do Estado, e também como estudantes.

Após isso, o autor utiliza Guilherme Gomes Ferreira para iniciar o diálogo entre travestis e seus acessos. Sabendo que ambos os autores não partem de formações na área da educação, é justificada entrelinhas a causa de insistir em colocar a educação como alvo de menção superficial ao tratar de direitos humanos, como é o caso em que:

Ferreira (2015) pontua que transgêneros, em especial travestis, no contexto Latino Americano, têm suas experiências construídas em meio a lugares de pobreza e desigualdade social, sendo que suas identidades estão moldadas pela negação de acessibilidade à saúde, **educação** e segurança. Kulick (2008) explicita tal vulnerabilidade relatando que boa parte das travestis vivem na marginalidade tendo como forma de sustento a prostituição. (FERREIRA, 2015 apud SANTOS, 2017, p. 140, grifo da autora)

O caminho percorrido para analisar a transfobia enfrentada nacionalmente por pessoas dissidentes de gênero encontra-se na exposição de um dado referente ao ano de 2018, divulgado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação, que informa a morte registrada de 86 pessoas trans, no Brasil (SANTOS, 2019). Essa menção tem como objetivo alcançar a origem de uma problemática que atinge especificamente pessoas trans, e que se consolida como violências múltiplas.



Entre as últimas menções do autor sobre o termo educação, Santos (2019) volta ao alinhamento entre educação e outros direitos humanos básicos, movimentando-os através de um olhar que parte do campo da saúde, sendo primeiramente o relato de que “a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986) estabeleceu como “saúde” o resultado das condições de alimentação, **educação**, habitação, renda, trabalho, meio ambiente, transporte, lazer, emprego, liberdade, acesso e posse à terra, além do acesso aos serviços de saúde” e também através de uma breve dissociação entre a pedagogia e a diversidade de gênero “nesse escopo [*manutenção da segurança no Complexo Penitenciário Masculino do Distrito Federal*] não estão apenas demandas que efetivam um reconhecimento às minorias sexuais, mas também a **educação**, o trabalho e quaisquer outras atividades que venham a ser desenvolvidas no âmbito da prisão”.

Por fim, o autor comenta que “a **educação**, entendida como ferramenta para a ressocialização, só pode acontecer caso as trans e os homossexuais abram mão das celas separadas e entrem no convívio com outros internos” (SANTOS, 2019, grifo do autor). Com isso, percebe-se a iniciativa do autor para pensar a construção de um *outro mundo possível*.

### 5.5. “GÊNEROS ENCARCERADOS: uma análise *trans.viada* da política de Alas LGBT no Sistema Prisional de Minas Gerais”

Em 2014, Gabriela Lamounier publicou a dissertação de mestrado que desenvolveu na Ala LGBT do Presídio de Vespasiano, em Belo Horizonte (Minas Gerais). Tendo como objetivo realizar uma análise acerca do Programa de Reabilitação, Reintegração Social e Profissionalização (Alas LGBT) do Sistema Prisional de Minas Gerais (MG), seguindo a perspectiva das pessoas apenadas, a autora ateu-se aos seguintes questionamentos norteadores:

[...] como as pessoas que estão ali, semana após semana, dia após dia, hora após hora, analisam aquele espaço? Quais críticas fazem e o que demandam? O que elas criam, refletem e produzem sobre o tema dos encarceramentos dos gêneros? Como construir um texto que ajude a complexificar o debate sobre gênero e sexualidade no sistema prisional? (LAMOUNIER, 2018, p. 7)

A autora aproxima-se do tema estudado ao colocar suas vivências pessoais como suplementares ao que observa, analisa e descreve. Utilizando o método de entrevista semi-estruturada, também foi possível o diálogo com a Coordenadoria Especial de Políticas de Diversidade Sexual (CODS). Além disso, as visitas realizadas na penitenciária eram registradas em cadernos de campo, que serviram para transcrever fielmente narrativas produzidas durante trocas espontâneas com as pessoas apenadas. As palavras-chave utilizadas pela autora foram “Alas LGBT- travestis”, “sistema prisional” e “normas de gênero”.

Ao contextualizar suas vivências com o tema proposto, Lamounier (2018) menciona brevemente o período em que atuou<sup>14</sup> no “Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (CAO-DH), especificamente em questões relativas às ações públicas sobre temáticas de gênero e sexualidade”. Através disso, a autora também comenta que esse centro criou comissões e outros grupos específicos que trabalham com diferentes temáticas que partem das políticas públicas: assistência social, saúde, segurança pública, **educação**, cultura, entre outros” (LAMOUNIER, 2018, p. 21, grifo da autora). O que se entende pelo fato de que a pesquisa de Lamounier foi desenvolvida a partir de experiência em dentro de um local que priorizou estabelecer núcleos para os diferentes setores dos direitos humanos, é que possivelmente um contato com o campo da educação - que demonstra-se pela quantidade de vezes em que o termo é retomado ao longo do trabalho - seria passível de uma maior abertura.

---

<sup>14</sup> Período de atuação entre 2015 e 2016.

Ao avançar na pesquisa, quando aborda-se o tema das dissidentes de gênero em contexto de privação de liberdade, que em geral são encaminhadas para alas diferentes dos demais apenados, Lamounier (2018) comenta que “[...] essa população está historicamente sujeita a processos de exclusão social e a transferência para um convívio específico não modifica tal precarização de acesso a direitos, pelo contrário, tem restringido ainda mais o acesso a trabalho e **educação**”. Também deve-se questionar se realmente o isolamento desse grupo é para impedir a violência que parte do restante dos presos, como teoricamente justifica-se esse movimento. De fato, é importante *estar entre os seus*, ou seja, reconhecer-se em pares, mas o movimento típico da sociedade civil é distanciar o máximo possível essas pessoas do convívio, das trocas cotidianas e do campo de visão de quem entende a dissidência de gênero como anormalidade. Nesse sentido, cabe também lembrar que o sistema carcerário inicia e realiza a manutenção desses processos de mortificação do sujeito aprisionado, afinal, “existem inúmeras evidências na vida das pessoas que estão submetidas às instituições repressivas, que possuem acesso negado às suas famílias, comunidades, oportunidades de **educação** e trabalho produtivo e criativo, e recreação física e mental.” (DAVIS, 2003 apud LAMOUNIER, 2018, p. 74, grifo da autora).

Assim como Angela Davis, Lamounier (2018) também defende o desencarceramento, que pode ser substituído pela institucionalização prática do acesso aos direitos humanos, entre os quais “revitalização da **educação** em todos os níveis”, um recurso significativo para reintegrar o sujeito apenado no contexto externo ao cárcere, como forma de estabelecer uma alternativa ao castigo.

Adiante, ao tratar novamente de pessoas LGBT encarceradas, a autora utiliza Morgan Bassichis, Alexander Lee e Dean Spade (2015), “que reconhecem que muito do trabalho que tem sido desenvolvido para a “**educação** para o público” sobre esses temas se baseiam na sexualização, sensacionalismo e fetichização dessa população para passar a mensagem” (LAMOUNIER, 2018, p. 97, grifo da autora). O resultado disso é o permanecimento dos estigmas nos quais esses sujeitos estão envolvidos, fortalecendo sua posição social enquanto apenas um corpo-objeto descartável.

Outra menção ao termo “educação” encontra-se no seguinte fragmento:

Nos últimos anos, as experiências de pessoas trans, travestis e de gêneros e sexualidades dissidentes têm ocupado a cena pública para denunciar os efeitos violentos de um regime de gênero hegemônico, apontando para as consequências vulnerabilizantes do descaso estatal e da exclusão de espaços institucionais como família, **educação**, saúde, cultura, assistência social e segurança. (LAMOUNIER, 2018, p. 99, grifo da autora)

Essa reflexão torna nítida a ideia de que o corpo de todo e qualquer sujeito denuncia histórias de vida, e no caso dos dissidentes de gênero e sexualidade encarcerados as histórias são massificante compostas por violações e violências, que se movimentam em uma espiral preservada pelo conservadorismo e pelo preconceito.

Adiante, o estudo menciona o PNDH II (Programa Nacional de Direitos Humanos), que consiste em um documento propositivo no que diz respeito às ações de efetivação dos direitos humanos, e que foi desenvolvido durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2002. Especificamente ao falar das propostas 242 e 243, diz-se que elas:

[...] preconizam o apoio a projetos de capacitação para agentes da segurança pública, profissionais de **educação**, juízes e operadores do direito em geral, no sentido de “promover a compreensão e a consciência ética sobre as diferenças individuais e a eliminação dos estereótipos depreciativos com relação aos GLTTB. (Brasil, 2002, p. 19 apud LAMOUNIER, 2018, p. 100, grifo da autora)

O aspecto mais interessante no destaque acima está ancorado na ideia de que apesar da necessária investigação e acolhimento à população LGBT, torna-se fundamental, na mesma medida, preparar os profissionais que conduzirão as práticas pedagógicas, pois não importa somente tornar a educação acessível como também ressignificá-la enquanto uma fonte de (in)formação, rede de apoio e autoestima. No entanto, sabe-se que “as características deste modelo [de organização da prisão], do ponto de vista que nos interessa, podem ser resumidas no fato de que os institutos de detenção produzem efeitos contrários à **reeducação** e a reinserção do condenado, e favoráveis à sua estável inserção na população criminosa [...]” (Baratta, 2002, pp. 183-184 apud LAMOUNIER, 2018, p. 125, grifo da autora).

Em outro momento, a pesquisa revela que “a criação das Alas em Minas Gerais surge no mesmo contexto temporal que as discussões nacionais e internacionais sobre a temática do tratamento para as travestis e mulheres trans presas” (LAMOUNIER, 2018, p. 139). A partir dessas discussões, a alternativa que se esperava era a transferência de pessoas LGBT para as penitenciárias femininas, o que não ocorreu, como é possível perceber atualmente:

Inspirada pela Penitenciária Glasmoor, na Alemanha, e sua marca de produtos chamada Santa Fu, a gestora [*entrevistada por Lamounier*] elaborou um projeto que deveria ocorrer em uma unidade “específica”, na qual todas as pessoas deveriam trabalhar para continuar naquele espaço. Por isso o espaço das Alas se configurou como um “Programa”, para que o trabalho e a **educação** pudessem estar incluídos de modo obrigatório na rotina das pessoas presas. (LAMOUNIER, 2018, p. 139, grifo da autora)

A grande questão que ecoa a partir disso é sobre qual educação se trata? Essa educação é profissionalizante no sentido de contribuir para a autonomia do sujeito apenado ou somente como mão de obra barata? É curioso pensar que o funcionamento dessas Alas

enquanto meio de produção - ao considerar as oficinas desenvolvidas nas prisões - seja baseado em uma forma assistencialista de ofertar o mínimo possível. Porém,

Tendo em vista os argumentos levantados pelos gestores para legitimar a criação das Alas, era de se imaginar que o cenário a ser encontrado no Anexo de Vespasiano estivesse em melhores condições. A preocupação com a saúde, trabalho e **educação** parece ter se deslocado ao longo dos anos, desde o momento que as Alas surgiram, em 2009. A partir dos relatos das pessoas que conversei no Anexo, ficou explícito que a realidade de abusos e violações inerente ao sistema prisional não foi extinta, apenas se adaptou ao novo contexto. (LAMOUNIER, 2018, p. 142, grifo da autora)

[...]

Além disso, outra característica do Programa é que as oportunidades de estudo e trabalho, em teoria, seriam condições para a permanência da pessoa na Ala. Como a realidade do sistema prisional em MG não garante parcerias de trabalho ou oportunidades de acesso à **educação** em todas as unidades prisionais, atualmente as Alas não dispõem dessa possibilidade para as bichas e travestis. (LAMOUNIER, 2018, p. 155, grifo da autora)

O que se sabe é que ouvir as pessoas apenadas traduz-se em conhecer o cárcere em sua matriz, sem filtros, sem a poética do cinema, somente a violência. E essa violência não parece apossar-se de diálogos amplos entre os próprios internos, pois é o esperado de um ambiente como a instituição penitenciária. A comodidade da sociedade civil e do Estado com a forma como funciona a vida no cárcere, abre margem para que se compreenda que “é a própria ordem estatal que confisca, quando não aniquila, os direitos e garantias fundamentais; como a garantia do acesso à **educação**, saúde, assistência social e trabalho” (LAMOUNIER, 2018, p. 148, grifo da autora).

Durante a entrevista realizada junto ao atual gestor penitenciário onde a autora desenvolveu a maior parte de sua pesquisa, o profissional deixa explícito que “[...] esse ponto sobre o trabalho e a **educação** [...] também precisava ser revisto” (LAMOUNIER, 2018, p. 155, grifo da autora). Em síntese, o gestor acredita que todos os sujeitos encarcerados devam ser reintegrados socialmente, sem colocar o trabalho e a educação como algo exclusivo das Alas LGBT (LAMOUNIER, 2018). Esse posicionamento parece ancorar-se na ideia de que todos os seres humanos são iguais, mas trata-se, na verdade, de um mecanismo para desestruturar práticas reparadoras e que sirvam de ascensão aos direitos de pessoas LGBT. Através disso, aparentemente os resultados que são exteriorizados traduzem-se no exemplo abaixo:

[...] esse grupo populacional [*população LGBT*] historicamente tem acesso restrito ao ambiente escolar e de trabalho, sendo excluídas desses espaços. Do mesmo modo, na prisão, muitas vezes essas pessoas são excluídas dos espaços de **educação** e trabalho justamente por sua condição travesti ou bicha. A pesquisa de Junior, Bregalda & Silva(2015), por exemplo, feita na ala LGBT na Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega (Roger), na Paraíba indicou que, apesar da

percepção, por parte das pessoas presas, de alguma melhoria no tratamento dispensado durante o cumprimento de pena, também foi relatada dificuldade de inserção em atividades fora da Ala, como trabalho e **educação**, ofertadas às demais pessoas presas. (LAMOUNIER, 2018, p. 156, grifos da autora).

Reconhecendo tais operações, a criação e desenvolvimento de espaços específicos para população LGBT devem ser propositivas, e não somente um depósito escondido dentro de outro depósito ainda maior, no caso, a prisão. É preciso que esses sujeitos sejam visualizados também como vítimas de LGBTfobia, mas não somente, ou seja, “é primordial o estabelecimento de parâmetros para o uso comum dos espaços e a garantia do acesso a direitos como trabalho, lazer e **educação**, de forma a garantir o acesso equitativo desses grupos” (LAMOUNIER, 2018, p. 156, grifo da autora).

Em diálogo com algumas reflexões que envolvem a pesquisa anterior, a autora comenta:

Uma ação afirmativa para a população dissidente de gênero e sexualidade, como as Alas, deixa intacto o conteúdo das identidades grupais e o modo de organização do sistema prisional. Isso porque ela busca reparar a sua falha, no caso, a violência contra bichas e travestis, separando essas pessoas do convívio daquelas que seriam suas “violadoras”, os presos “homens”. O incorreto nesse raciocínio é o fato de desconsiderarem o Estado como o principal violador dos direitos dessas pessoas, seja as privando do acesso à saúde, alimentação, higiene, **educação** e trabalho; seja violando literalmente o corpo das pessoas através dos seus agentes penitenciários, com os abusos sexuais e revistas íntimas, por exemplo. (LAMOUNIER, 2018, p. 156, grifo da autora)

Ou seja, efetivamente, as Alas LGBT já funcionam como depósitos, e conseqüentemente não proporcionam equidade em relação aos outros presos. Além de colocar a população LGBT em situação de exposição e maior vulnerabilidade, as Alas servem para facilitar tais ações. Afinal, como a educação será prioridade para uma pessoa que frequentemente está sendo violada, sem ideia de como escapar? Ainda em tempo, somente a população LGBT precisa ser educada, mesmo sabendo que diversas violências partem de profissionais?

[...] considerando os relatos das violências de gênero cometidas pelos trabalhadores, parece ser relevante analisar os programas de treinamento que essas pessoas foram submetidas, e também avaliar a eficácia das propostas de **educação** continuada, buscando descobrir se tais programas incluem a sensibilização dos e das agentes prisionais sobre a não-discriminação e sobre as necessidades especiais das pessoas LGBT. (PRI & APT, 2013 apud LAMOUNIER, 2018, grifo da autora).

Perante isso, surge o questionamento: para a consolidação do acesso à educação nas prisões, não seria necessário realizar a educação enquanto prática efetiva de cidadania e pertencimento social para os trabalhadores? Ou seja, através da educação continuada formar

profissionais que compreendam a necessidade de proporcionar ambientes pedagógicos também para apenados?

Outro ponto levantado no trabalho da autora foram as necessidades que partiram diretamente das pessoas apenadas contribuintes<sup>15</sup> para a pesquisa, e ““atendimentos” médico, psicológico, com alguém da assistência social e jurídica; e conseguir trabalho e acesso à **educação** foram as principais demandas” (LAMOUNIER, 2018, p. 195, grifo da autora). A hipótese que surge, portanto, é de que a partir do momento em que a educação acompanha a demanda por um conjunto de atendimentos referentes às necessidades essenciais para a proteção e assistência dos presos, apresenta-se a ideia de que direta ou indiretamente, os apenados têm a consciência do potencial transformador que reside no campo pedagógico.

No mesmo contexto, a autora conta que:

[...] com o Programa de Reabilitação, Reintegração Social e Profissionalização, era esperado que a situação fosse diferente: o Anexo possui espaço próprio para desenvolvimento de oficinas, o que deveria facilitar a oferta de trabalhos e outras atividades; além disso, o Anexo também possui sua escola própria, o que deveria facilitar o acesso à **educação**. Em outras unidades com Alas LGBT, como no exemplo do PCPA<sup>16</sup>, elas são apenas um Pavilhão específico no interior de uma unidade masculina. Aqui, as duas Alas são fisicamente separadas do espaço dos homens e possuem estrutura física para oferecer melhores condições de cumprimento de pena. O problema, em MG, não parece ser da estrutura. (LAMOUNIER, 2018, p. 195 , grifo da autora).

Isso aponta que por mais que existam espaços estruturais para a realização de aulas e oficinas, a inatividade da educação no sistema carcerário está amparada pela negligência gerada por quem deveria tornar efetivas as ações educacionais, além de fiscalizá-las em sua continuidade. No entanto, saber da existência de necessidades e operá-las enquanto verdadeiras necessidades são dois caminhos que apesar de sequenciais, formam uma dualidade, onde o rumo escolhido por quem está no poder (e fora da posição de aprisionado) tende a ser o de não tomar para si a consciência e a responsabilidade diante do que o outro necessita.

Em relação à dualidade:

Para compreendermos a relação “dentro” vs. “fora” da prisão, é importante fazer um exame do nosso sistema de valores e dos modelos de comportamentos presentes na sociedade. Essa análise leva ao entendimento de que a busca pela “reinserção” da pessoa presa na sociedade deve começar pela própria “**reeducação**” dessa sociedade: “antes de querer modificar os excluídos, é preciso modificar a sociedade excludente, atingindo, assim, a raiz do mecanismo de exclusão. (Baratta, 2002, p. 186 apud LAMOUNIER, 2018, p. 196, grifo da autora)

---

<sup>15</sup> Referente ao público que está presente no Anexo de Vespasiano, em Minas Gerais.

<sup>16</sup> Presídio Central de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Esse comentário dialoga com o que foi mencionado sobre educar os profissionais, mas também carrega em si o sentido de como as relações de poder estruturam a reeducação e a reintegração social, ou seja, os que detêm o poder serão os verdadeiros agentes de escolha das formas, momentos e pessoas que terão o “privilégio” de receber a “segunda chance”. Esses comportamentos são alimentados não somente pelos profissionais, como também pelo restante da sociedade civil, em uma relação de troca, onde ambos alimentam o viés punitivista que o outro carrega consigo. Fazer uma quebra com esse sistema é uma necessidade urgente que tem como meta o abolicionismo penal, que se traduz como a única forma verdadeira de praticar a justiça.

Toda vez que insistimos em tratamento de saúde acessível e afirmativo, direito à **educação** de qualidade, empregos seguros e prazerosos, relações amorosas e que curam, e ter a capacidade de ser nós mesmos inteiramente, nós estamos abolindo. Abolição é sobre destruir os arranjos que oprimem e construir as possibilidades que nutrem. Abolição é a prática da transformação no aqui e agora, e no para sempre. (Bassichis, Lee, Spade, 2015 apud LAMOUNIER, 2018, p. 198, grifo da autora).

Em consonância a isso, a “limitação de acesso à saúde, **educação** e trabalho em função de “bom comportamento” é outro indício da situação adversa naquele contexto [*do Anexo<sup>17</sup>*]” (LAMOUNIER, 2018, p. 198, grifo da autora) contribuindo para o entendimento de que construir Alas LGBT não significa a garantia de direitos, mas sim uma forma de mascarar a exclusão e a violência, pelo contrário:

A compreensão de que o acesso a programas de ressocialização é algo para “qualquer presídio” é muito importante. Porém, considerando as trajetórias de vulnerabilização da população bicha e travesti, não é possível negar que esse grupo historicamente possui acesso restrito aos ambientes escolar e de trabalho, sendo excluídas desses espaços. Do mesmo modo, na prisão, muitas vezes essas pessoas são excluídas dos espaços de **educação** e trabalho justamente por sua condição dissidente de gênero. Por isso, além da separação espacial e de corpos, é preciso que a política de Alas incorpore ações afirmativas no sentido de facilitar o acesso às atividades escolares e laborais a essa população. (LAMOUNIER, 2018, p. 200, grifo da autora)

A defesa do abolicionismo penal reside na integral eliminação de todo e qualquer presídio, mas isso não significa que todas as penitenciárias e Alas funcionem da mesma forma. Utilizando o exemplo da Ala LGBT, “é primordial o estabelecimento de parâmetros para o uso dos espaços comuns com os outros presos, além da garantia do acesso a direitos como trabalho, lazer e **educação**, de forma a assegurar o acesso equitativo desses grupos” (LAMOUNIER, 2018, p. 156, grifo da autora). Com isso, explicita-se a enorme movimentação necessária para tentar tornar legítima a segurança da população que vive na Ala. Essa movimentação é realmente mais fácil que o abolicionismo penal?

---

<sup>17</sup> Anexo de Vespasiano é a Ala LGBT situada no Presídio de Vespasiano.



Após os fragmentos em que a autora comenta sobre a educação, o termo “pedagogia” é mencionado duas vezes, sendo a primeira uma paráfrase de Michel Foucault, onde o autor comenta as mudanças geradas ao longo do século XIX, no que tange à repressão, pois a indulgência e o aumento estratégico da punição coexistem em prol do controle e do castigo contínuo:

Em termos de repressão essas coisas são ambíguas: teremos indulgência, se pensarmos que a severidade dos códigos se atenuou consideravelmente, no século XIX, quanto aos delitos sexuais e que frequentemente a própria justiça cede em proveito da medicina; mas teremos um ardil suplementar da severidade, se pensarmos em todas as instâncias de controle e em todos os mecanismos de vigilância instalados pela **pedagogia** ou pela terapêutica. (Foucault, 2013, p. 48 apud LAMOUNIER, 2018, p. 78, grifo da autora).

Nesse sentido, retoma-se o caráter que acompanha as práticas pedagógicas mais tradicionais, que não somente eram ardilosas, mas também manifestavam sua crueldade através da normalização de diferentes violências que eram justificadas pelo argumento de que a punição é um mecanismo para educar. Na verdade, essas práticas em nada carregam pedagogia.

A última menção consiste no comentário da autora de que profissionais da educação compõem um dos espaços em que a pesquisa foi desenvolvida: “no trabalho dentro da unidade prisional, as mulheres também estão como técnicas administrativas, na **pedagogia**, psicologia, enfermagem e assistência social” (LAMOUNIER, 2018, p. 164, grifo da autora). Essa informação alimenta a necessidade de produzirem mais trabalhos acadêmicos também no que tange especificamente aos profissionais da educação que atuam no cárcere, sobretudo aqueles que atuam com a população dissidente de gênero e/ou sexualidade.

## 5.6. “O recorte de gênero no trabalho em saúde em um estabelecimento prisional feminino”

Infelizmente, o trabalho escrito por Paola Fagundes Pase, em 2018, não está disponível nos repositórios online, até o final do primeiro semestre de 2023. Entretanto, a partir do resumo, destacam-se os aspectos fundamentais para a estrutura da pesquisa, como é o caso dos objetivos:

O objetivo principal desta dissertação foi discutir sobre os aspectos de gênero a partir dos discursos de profissionais da saúde que trabalham em uma penitenciária feminina do Rio Grande do Sul. Os objetivos específicos foram: refletir sobre os aspectos institucionais vinculados à atenção à saúde e o cuidado das mulheres privadas de liberdade, verificar o recorte de gênero no contexto prisional e as políticas de saúde que o considerem, problematizar a **educação** em saúde considerando os recortes de diversidade sexual e de gênero. (PASE, 2018, grifo da autora).

O primeiro ponto em relação ao fragmento anterior é o fato de que se trata da mesma situação encontrada no trabalho de Santos (2018), em que especifica-se o estudo no campo da educação em saúde. Em segunda instância, o título da pesquisa indica que a penitenciária em que foi realizada a pesquisa era voltada para o público feminino, e é de conhecimento comum que em penitenciárias femininas não são incluídas travestis e mulheres trans, ou seja, esse trabalho visibiliza os homens trans? De acordo com o que indica o resumo do texto, "o artigo abordou principalmente a necessidade do direito à saúde integral da população encarcerada e, especificamente, de mulheres e população LGBT em geral" (PASE, 2018).

Por fim, “outro assunto importante[*inserido no estudo*] foi o papel da **educação** para profissionais de saúde considerando essa temática e a importância desse processo para a redução do preconceito e qualificação no atendimento à saúde dessas pessoas” (PASE, 2018, grifo da autora). Nesse momento, a autora corrobora com as reflexões que surgiram a partir da pesquisa de Santos, onde a formação continuada e interdisciplinar parece oportunizar uma nova postura diante dos apenados, ou seja, uma postura de acolhimento.

## 5.7. “O dispositivo bicha: gênero e sexualidade como técnicas de controle prisional”

A tese de doutorado de Amilton Gustavo da Silva Passos, defendida em 2019, tem como objetivo “discutir como gênero e sexualidade foram operacionalizados na formação de um amplo e complexo sistema de controle” (PASSOS, 2019). Além disso, o autor constrói sua pesquisa a partir de narrativas que partem de dissidentes de gênero e sexualidade que estejam em privação de liberdade na Cadeia Pública de Porto Alegre. As palavras-chave selecionadas pelo autor foram “travestis”, “gays”, “prisões”, “controle” e “relações de poder”.

Na primeira menção ao termo “educação”, o autor comenta o atual contexto das penitenciárias brasileiras:

No Brasil, com a derrota da narrativa da reabilitação, o inchaço da população carcerária e a pouca efetividade das estratégias de enfrentamento às facções criminosas, as prisões têm se limitado a realizar o trabalho de gestão dos conflitos entre os apenados durante a execução da pena. Em linhas gerais, admite-se a impossibilidade de universalidade dos serviços oferecidos pela prisão (acompanhamento psicológico, assistência social, **educação** e saúde) e foca-se na realização “do que dá para fazer. (PASSOS, 2019, p. 14, grifo da autora)

Esse fragmento trata de sintetizar as contradições cotidianas do cárcere, que impossibilita o cumprimento da lei e o acesso à direitos básicos. Assim como comenta o autor, os responsáveis pela manutenção das prerrogativas acomodam-se no que é possível ser feito sem maiores movimentações ou esforços, o que só contribui para o aumento na deterioração das prisões, comprovando sua ineficiência.

Ao comentar sobre o que é atribuído aos espaços prisionais, o autor sugere que:

[...] a prisão deveria se ocupar de realizar um diagnóstico sobre quais elementos comprometeram a viabilidade social do indivíduo e corrigi-los. Sendo assim, outros campos do conhecimento deveriam ser operacionalizados, tais como o campo da psicologia e da medicina e, mais tardiamente, o da **educação**. (PASSOS, 2019, grifo da autora)

O que torna esse fragmento um importante aspecto para engajar a educação enquanto assunto necessário em contextos de privação de liberdade é que o termo surge alinhado aos deveres da prisão. Esses deveres, como dito anteriormente, são responsabilidade do estatal, assim como a inatividade da pedagogia enquanto prática educativa nas prisões.

Em se tratar do encarceramento em massa que o Brasil realiza, a prisão:

[...] é acompanhada do agravamento das formas mais severas de punição institucional. Essas punições ocorrem através de violência direta, ou seja, desferida

pelos agentes penitenciários para conter uma rebelião ou simplesmente para intimidar os apenados, mas também ocorrem de forma indireta, através de práticas institucionais que intensificam as penas. Está vastamente descrito na literatura, como também permeia o conhecimento mainstream, a notoriedade da falta de acesso aos serviços básicos previstos na lei de execução penal como, por exemplo, **educação**, saúde, assistência social e psicológica. (LOUCENÇO; ALVAREZ, 2018 apud PASSOS, 2019, p. 27, grifo da autora)

Pode-se afirmar, portanto, que o acesso aos serviços básicos nunca poderão ser aplicados enquanto o número de apenados for infinitamente superior ao número de profissionais aptos e/ou disponíveis para a atuação no cárcere, bem como a consolidação de políticas públicas.

Na próxima menção, o autor destaca quais esferas priorizou em sua investigação: “Descrição e análise da falta de acesso à **educação**, ao trabalho, ao atendimento psicológico, à assistência social são temas muitíssimo relevantes para a pesquisa” (PASSOS, 2019, p. 32, grifo da autora). Apesar disso, e do fato de que a pesquisa de Passos parte da área da educação, o termo não é muito utilizado.

Vale ressaltar como funcionou a dinâmica de inserção do autor dentro da galeria para as travestis, gays e seus maridos, pois sabendo que para a criação da mesma foi necessária a construção de um vínculo entre governo e outros setores públicos com a Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul (Igualdade RS). É possível perceber os diversos processos burocráticos que envolvem a vida no cárcere e o acesso de profissionais e pesquisadores que queiram entrar nesse espaço. Assim, o autor tornou-se, através de uma relação pré-estabelecida com a Associação, o:

[...] voluntário que ficaria responsável por acompanhar os trâmites institucionais para criação de uma de **educação** de jovens e adultos para a população da galeria. Até aquele momento, as travestis, os gays e seus maridos eram impedidos de frequentar o Núcleo de **Educação** de Jovens e Adultos da unidade prisional, segundo a administração, por motivos de segurança. (PASSOS, 2019, p. 49, grifos da autora)

Por fim, o autor retoma os serviços que a penitenciária deveria oferecer ao mencionar o funcionamento dos projetos social nesse espaço:

Embora a administração seja relativamente fomentadora dos chamados projetos sociais, desenvolvidos, muitas vezes, por entidades ou coletivos e que tomam curso na CPPA, o caráter extremamente dinâmico do ambiente prisional proporciona inúmeros eventos que exigem resposta imediata da Brigada Militar. Em uma lista de prioridades, certamente os projetos sociais ocupam um lugar muito inferior. Primeiro, por mais que os projetos, em certa medida, ofereçam serviços que estendem funções que a prisão deveria oferecer (como assistência, trabalho, **educação**), eles não são indispensáveis para o funcionamento prisional. (PASSOS, 2019, p. 93, grifo da autora)

É coerente pensar que a posição de inferioridade na qual os projetos sociais são colocados não está nessa configuração por coincidência, pois como o autor aponta, não são serviços indispensáveis para a manutenção do funcionamento das prisões. Isso sinaliza como a gestão prisional define o que será e quando será acessado como prioridade pelos apenados. Com isso, o que parece é que os serviços de atendimento básicos não são importantes de serem acessados pelos presos. Uma decisão tomada pela gestão, mas que não é vivenciada por ela.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude da pesquisa realizada, foram fornecidos conhecimentos adicionais sobre o que foi produzido no âmbito acadêmico acerca do acesso à educação para travestis e mulheres transexuais em situação de privação de liberdade. É fundamental destacar que o presente trabalho é o primeiro a investigar, de forma minuciosa e em contexto nacional, a produção acadêmica que tem como foco o público supramencionado, partindo da área da educação. Portanto, tornou-se possível observar que há uma grande escassez no que tange às produções sobre dissidentes de gênero nesse contexto.

Os resultados do estudo apontam para o quanto o campo da educação precisa avançar, primeiramente, no que diz respeito à modalidade da EJA, validando-a enquanto fonte de transformação, assim como as outras modalidades. Após isso, o movimento de identificar os sujeitos da EJA não se esgota em reconhecer pessoas que enxergamos em nosso cotidiano, mas sim incluir aquelas que sequer podem conviver com o restante da sociedade civil. Desse modo, o trabalho para que a educação de pessoas privadas de liberdade seja uma realidade efetiva aumenta as dificuldades quando tratam-se de grupos segregados por outros grupos segregados, que é o caso das travestis e mulheres trans.

Entre as limitações atenuantes, destaca-se o fato de que mesmo naqueles trabalhos que correspondiam à área da educação, esse termo não aparece de forma consistente, enquanto trabalhos de outras áreas abordam a temática de forma melhor, no sentido de indicar de modo materializado as possibilidades que foram alcançadas até a atualidade, quando fala-se na educação em prisões. Além disso, esses estudos ocupam-se de agrupar referenciais nos quais é possível apoiar-se para defender melhores condições ao acesso efetivo à educação.

Outro aspecto limitante é que, ao analisar todas as produções encontradas, percebe-se um padrão no desenvolvimento da discussão acerca da educação, ou seja, as reflexões referentes ao tema não avançam, tornando os discursos repetitivos. Em sua maioria, as menções aos termos “educação” e “pedagogia” aparecem como um exemplo dos direitos básicos e em partes identificadoras do trabalho (capa, folha de rosto, etc.), respectivamente.

Ao seguir a ideia de que o que é produzido na universidade, sobretudo, na universidade pública, deve ter como propósito uma devolutiva responsável e ética para a sociedade civil, este trabalho foi realizado na tentativa de indicar a urgência em fazer com que o debate e a pesquisa acadêmica ocupe-se de viabilizar o direito à educação para travestis e mulheres trans, ao percebê-las enquanto sujeitos cerceados ao longo de toda a história. A

formação dos profissionais da área da educação precisa abrir espaços efetivos para a produção dessas reflexões e conhecimentos. Para isso, é fundamental entender que a transformação abrange toda a educação básica, e possibilitar através de estratégias pedagógicas, que a educação brasileira tenha um posicionamento explícito contra a transfobia, realizando efetivamente seu objetivo final.

Pensando em pesquisas futuras, seria interessante agregar educação e trabalho como dois eixos que se entrecruzam, principalmente nas prisões, onde o trabalho é um mecanismo de remição de pena e busca pela autoestima dos apenados. Esse alinhamento parece ser o mais acessível para introduzir a busca pelo debate acerca da educação enquanto eixo principal. Não somente isso, mas também compreendendo que o Brasil segue um modelo econômico capitalista, as demandas que surgem na educação em prisões são diferentes daquelas que surgem em uma escola externa ao sistema prisional. Proporcionar, na mesma medida, oportunidades de trabalho e educação (formal e informal) é um movimento complexo, mas que tem como objetivo otimizar o tempo e, minimamente, reparar os resultados das diferentes violações sofridas. Ao se tratar do mesmo público porém especificando as travestis e mulheres trans, essas necessidades ampliam-se, pois há a dupla segregação mencionada no início deste estudo, e também a autoafirmação dessas dissidentes de gênero, que permitem aos outros sujeitos do cárcere que as tratem no pronome masculino e aceitam seu apagamento e invisibilidade, como forma de sobrevivência.

Por fim, o fortalecimento do debate nessas temáticas no campo da educação é evidentemente uma urgência, porém é necessário deslocar-se no lugar de conforto que reside no funcionamento binário de toda a sociedade, incluindo as penitenciárias. Somente após isso será possível pensar o abolicionismo penal como prática de igualdade social para os diferentes grupos marginalizados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREAS, N. **Mar de sangue: o massacre do Carandirú**. 1992.
- BAGAGLI, B. P. “**Cisgênero**” nos discursos feministas: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”. 2018.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1ª edição ed. [s.l.] Edições 70, 2016.
- BEAUVOIR, S. D. **O Segundo Sexo**. [s.l: s.n.].
- BENTHAM, J. Projeto do panótipo. 1785.
- BNEWS. **Travesti é morta a tiros por motociclista em cidade baiana**. , 2023. Disponível em:  
<<https://www.bnews.com.br/noticias/policia/travesti-e-morta-tiros-por-motociclista-em-cidade-baiana.html>>
- BORGES, J. **Encarceramento em Massa**. 1ª edição ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.
- BRASIL Parecer CNE/CEB nº11. p. 12, 2000.
- BRASIL, M. DA J. E S. P. **Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária (2020 - 2023)**. , 2019.
- COOPER, H. **The Integrative Research Review: A Systematic Approach**. 1ª edição ed. Beverly Hills, Calif: SAGE Publications, Inc, 1984.
- DA CUNHA DELLA LIBERA, A. L. “Histórias em múltiplos fios”: o ensino de manualidades entre mulheres negras em Rio Grande (RS - Brasil) e Capitán Bermúdez (Sta. Fe - Argentina) (re)inventando pedagogias da não-formalidade ou das tramas complexas. 2010.
- DA SILVA, F. V. UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE QUEM SÃO SUJEITOS DA EJA E QUAIS SUAS EXPECTATIVAS NA SALA DE AULA. 2017.
- FAGUNDES, J. T. **Transgêneros no Cárcere: A Luta Contra o Preconceito no Sistema Prisional Brasileiro**. [s.l: s.n.].
- FERREIRA, G. G. Travestis e prisões: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere. 2014.
- FERREIRA JUNIOR, S. **Conhecimentos, atitudes e práticas sobre tuberculose entre travestis e mulheres transexuais na cidade de São Paulo**. text—[s.l.] Universidade de São Paulo, 23 mar. 2017.
- FISCHER, M. C. B.; GODINHO, A. C. F. Trabalho, Educação e Emancipação Humana: A Afirmação da EJA como Direito. **Education Policy Analysis Archives**, v. 22, p. 65–65, 30 jun. 2014.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. 42º edição ed. [s.l.] Editora Vozes, 2014.
- GODINHO, A. C. F.; JULIÃO, E. F.; ONOFRE, E. C. Desafios da educação popular em contextos de privação de liberdade. **EccoS – Revista Científica**, n. 52, p. 17100, 2 jul. 2020.



GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. [s.l.: s.n.].

HAROU-ROMAIN, N. Projeto de penitenciária. 1840.

IBGE. **IBGE - Educa | Jovens**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>>. Acesso em: 16 out. 2022.

IBTE; ANTRA. Dossiê: Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras. 2020.

INFOPEN. **Infopen - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Disponível em: <<https://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>>.

JULIÃO, E. F.; GODINHO, A. C. F. Educação em prisões: avanços e desafios do debate acadêmico sobre o direito à educação em contextos de privação de liberdade. 2019.

LAMOUNIER, G. A. M. Gêneros encarcerados: uma análise transviada da política de alas LGBT no Sistema Prisional de Minas Gerais. 1 mar. 2018.

LEÃO, K.; RODRIGUES, T. **Presídio Central é o retrato do caos do sistema carcerário brasileiro. Humanista**, 24 out. 2019. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/humanista/2019/10/24/presidio-central-e-o-retrato-do-caos-do-sistema-carcerario-brasileiro/>>. Acesso em: 5 mar. 2023

LOPES, M. C.; VEIGA NETO, A. Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. **Perspectiva**, v. 24, n. 3, p. 81–100, 30 out. 2006.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 541–553, 2001.

MARSHALL, C.; ROSSMAN, G. B. **Designing Qualitative Research**. 3rd edição ed. Thousand Oaks, Calif: SAGE Publications, Inc, 1998.

MIRANDA, L. C. DE P.; DE SOUZA, L. T.; PEREIRA, I. R. D. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EJA NO BRASIL E SUAS PERSPECTIVAS NA ATUALIDADE. 2016.

NASCIMENTO, L. **Transfeminismo: feminismos plurais**. 1ª edição ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

PASE, P. F. O recorte de gênero no trabalho em saúde em um estabelecimento prisional feminino. 21 mar. 2018.

PASSOS, A. G. DA S. Uma ala para travestis, gays e seus maridos: pedagogias institucionais da sobrevivência no presídio central de Porto Alegre. 2014.

PASSOS, A. G. DA S. O dispositivo bicha: gênero e sexualidade como técnicas de controle prisional. 2019.

SANTOS, D. P. G. DOS. Exclusão social: um olhar sobre a educação de jovens e adultos a partir das obras de Carolina Maria de Jesus e Paulo Freire. 20 jun. 2018.

SANTOS, S. A. A. DOS. Gestão prisional e minorias sexuais: o caso da penitenciária

masculina do Distrito Federal. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 03, p. 913–914, 9 dez. 2019.

SANZOVO, N. M. **O Lugar das Trans na Prisão**. 1ª edição ed. [s.l: s.n.].

SCHWARTZ, S. **Alfabetização de jovens e adultos: Teoria e prática**. 3ª edição ed. [s.l.] Editora Vozes, 2013.

SILVA, D. M. P. DA. A emergência da negritude no Brasil, as teorias de inferiorização racial e os caminhos da legislação de proteção à igualdade. 2017.

SINPRO-DF. **Governo reduz investimento na EJA e deixa modalidade com os dias contados**. SINPRO-DF, 15 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.sinprodf.org.br/governo-reduz-investimento-na-eja-e-deixa-modalidade-com-os-dias-contados/>>

TDOR. **Trans Murder Monitorin Update**. TvT, 2021. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/>>. Acesso em: 16 mar. 2023

VARELLA, D. **Estação Carandiru**. 1ª edição ed. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 1999.